



1290000379



IE

TCC/UNICAMP R618e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**A ERA VARGAS (1930-1945): MODERNAS INDÚSTRIAS DE BASE E
INDÚSTRIAS DE BENS DE CONSUMO EM VIAS DE OBSOLESCÊNCIA**

Um estudo histórico e teórico sobre a dicotomia

Fernando Henrique Lemos Rodrigues
Estudante de graduação de Ciências Econômicas

Instituto de Economia - Unicamp

Sob orientação do:

Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera
Instituto de Economia - Unicamp

Campinas
Dezembro/2002

Para Aline, meu chão, meu céu, meu
norte, meu amor.

“Não cabe dúvida de que a imaginação descontrolada produz delírios, mas como conceber uma construção teórica sem um forte ingrediente de invenção ?”

(Celso Furtado, *A fantasia organizada*)

Agradecimentos

Esta monografia pretende ser o início de um caminhar rumo ao conhecimento da teoria, história e política econômica, de maneira mais profunda. Para isto pessoas essenciais auxiliaram-me neste processo.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera, que dedicou a atenção necessária para que pudéssemos realizar nossos estudos da melhor maneira possível.

Adicionalmente, desejaria agradecer ao Prof. Dr. Waldir José de Quadros, que prontamente aceitou a tarefa de ler o trabalho e deu comentários imprescindíveis a continuidade de meu caminhar acadêmico.

Também agradeço à FAPESP, fundação que me proporcionou a oportunidade de realizar um trabalho de pesquisa em uma área de meu interesse, dando suporte a concretização deste trabalho.

Ao Instituto de Economia da Unicamp, por ter me proporcionado o contato com as teorias e professores necessários para o entendimento da complexa Ciência Econômica.

Fábio Marvulle Bueno, amigo, que muito me ajudou lendo, criticando, propondo desafios e estimulando minhas idéias para a confecção deste relatório.

À minha mãe, Vera Lúcia Lemos Rodrigues, que contribuiu com as correções de minha escrita, fazendo-se valer do seu alto domínio de nossa língua.

Aos meus pais, que me proporcionaram todas as condições e todo afeto para vencer desafios como este.

Índice

Capítulo 1 – Traços gerais e concepções teóricas.....	6
1.1 Das bases teóricas.....	7
1.2 A importância da “Era Vargas” na discussão sobre o desenvolvimento brasileiro	8
1.3 Vargas, “personagem ilustre” da História do Brasil.....	11
1.4 O problema da Demanda Efetiva pré- 1929.....	13
Capítulo 2 – O período anterior e as bases da industrialização	15
2.1 A acumulação: a gênese do capital industrial	16
2.2 A “modernização” de São Paulo	20
2.3 A indústria paulista na década de 1920	22
2.3.1 O mercado da indústria paulista	31
2.4 A Crise: um processo intrínseco	32
Capítulo 3 – Consolidação das Indústrias de Bens de Consumo (1930 -1937).....	36
3.1 A turbulência desenhando a dicotomia	38
3.2 A integração do mercado nacional como fator de consolidação da indústria.	40
3.3 O padrão de acumulação após a Crise.....	42
3.4 Comportamento da Indústria: 1930-1937.....	59
Capítulo 4 – O Estado Novo e a Segurança Nacional: a configuração de dicotomias tecnológicas (1937-1945)	70
4.1 As alianças no Estado Novo.....	72
4.2 Os desafios do capitalismo brasileiro no Estado Novo.....	80
4.3 O comportamento da indústria: 1937-1945.....	88
4.4 A análise kaleckiana do movimento de industrialização da Era Vargas e as consequências da dicotomia.....	97
4.5 A análise dos teóricos do desenvolvimento econômico sobre o período estudado.....	100
As conclusões.....	103
Bibliografia.....	107

Capítulo 1 – Traços gerais e concepções teóricas

Os anos trinta marcaram na história do capitalismo um de seus mais traumatizantes períodos: a Crise de 29 e a posterior Grande Depressão pela qual o mundo passou. O Brasil, como um ator – de importância relativa em termos econômicos – dessa dramática passagem da História, obteve um desempenho espetacular durante esse período no que concerne à capacidade que sua economia demonstrou para superar a crise e retomar o crescimento do produto, e, ainda, engendrar uma mudança da estrutura econômica, com o crescimento da importância da acumulação no setor industrial e diversificação deste.

O objetivo deste trabalho é analisar o período, ressaltando como as potencialidades desenvolvidas ao longo do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo no país ajudaram na recuperação durante aquela década, e qual foi a influência da conjuntura internacional no desenrolar dos fatos.

Também, ao cabo dos anos trinta, fruto de diversas erupções sócio-político-econômicas, o mundo sofrerá outro trauma: a Segunda Guerra Mundial. A nação brasileira, embora de pouca expressão no conflito, sofrerá transformações que certamente refletirão no seu estabelecimento como uma economia com industrialização de grande porte no futuro.

Adicionalmente, deseja-se alcançar com este relatório uma análise sobre os anos da Guerra no Brasil, e notar os avanços da industrialização, que apresentará contornos pouco mais fortes do departamento de bens de produção. Como é sabido, esse departamento, de vital importância nas economias capitalistas¹, ganhou força – principalmente em relação aos insumos básicos industriais –

devido à ação do Estado e ao apoio de países como os Estados Unidos, à época do conflito mundial.

A diferente idade dos ramos industriais, que não se desenvolveram com linearidade perfeita, deu origem a um parque industrial dicotômico: com indústrias tradicionais (como a têxtil), utilizando tecnologias ainda da Primeira Revolução Industrial, e com indústrias de base mais modernas (como a siderurgia, que teve grande impulso), beneficiando-se de tecnologias mais novas e convergentes com o padrão da Segunda Revolução Industrial.

1.1 Das bases teóricas

Este relatório procura também se beneficiar das contribuições teóricas de Kalecki para entender a dinâmica da economia de um país capitalista e, para o caso do Brasil, como a abordagem “Escola de Campinas” ou do “capitalismo tardio” é influenciada pelas idéias do economista em questão. Na construção de uma análise do desenvolvimento brasileiro, ela será a linha teórica que conduzirá o trabalho, porém não se prescindirá das contribuições de Celso Furtado e de outras opiniões próximas ao “capitalismo tardio”, como as de Wilson Suzigan.

A contribuição das idéias de Kalecki e também de Keynes para o entendimento do período é crucial, porque, ao valorizarem a demanda efetiva como foco das suas análises, esses autores nos permitem entender, por exemplo, a importância da política de manutenção da renda ocorrida durante os primeiros anos da Era Vargas, ou, em outro momento, mais proximamente ao autor polonês,

¹ Ver *Teoria da Dinâmica Capitalista*, Kalecki, Abril, Os Economistas, 1983.

pode-se notar o valor de se impulsionar o setor de bens de produção nesse período.

Ao ressaltar a “Escola de Campinas” podemos também levantar outro tema: a importância dos investimentos do período anterior e a criação de capacidade ociosa. Contudo, não se explicará nenhum dos temas levantados, sem um recorte mais profundo. É o que se irá fazer pouco adiante.

1.2A importância da “Era Vargas” na discussão sobre o desenvolvimento brasileiro

As medidas tomadas pelo governo Getúlio Vargas e as reações econômicas desencadeadas por essas ações darão uma configuração diferente ao padrão de desenvolvimento no Brasil. Em substituição ao sistema agrário-exportador, surgirá um modelo de desenvolvimento “para dentro” (conforme as palavras da CEPAL) e inaugura-se então uma nova etapa de crescimento no país.

Se tomarmos a periodização histórica proposta na obra “O Capitalismo Tardio”²: **economia colonial – economia mercantil-escravista nacional – economia exportadora capitalista – economia capitalista retardatária, com três fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada**, veremos a Era Vargas situar-se na fase de industrialização restringida, caracterizada pela estreiteza do capital industrial, ou seja, carente de centralização e concentração para que se pudesse completar

² Ver *O Capitalismo Tardio* Cardoso de Mello, 1998: 186

o processo de industrialização brasileira com a instalação do departamento dos bens de produção.

Todavia veremos progressos e indicações das reais alternativas utilizadas pelo país na próxima etapa, a de indústria pesada:

O primeiro e notável fator a ser observado é o que Celso Furtado³ chamou de **“deslocamento do centro dinâmico da economia”**, que passa do café à indústria. Na fase anterior, quando há a gênese e a consolidação do setor secundário da economia, o desenvolvimento industrial, como Sérgio Silva⁴ destaca, era tolhido pelo desempenho do café, que impunha limites à acumulação no setor, sendo, assim, impossibilitado de tomar as rédeas do processo de acumulação na economia brasileira.

Outro fator, como assinala Maria Conceição Tavares, é este período, iniciado em 1933, após a recuperação da crise de 29, e que se estende até meados da década de 50, com a concepção do “Plano de Metas” de JK, ser o legítimo período da **“substituição de importações”**, mostrando assim o poder de reação da economia nacional:

Esse período (...) seria o único que poderia merecer com certa propriedade a designação de “substituição de importações” dado que, a partir de uma capacidade para importar que diminui em termos absolutos, conseguiu-se promover um intenso crescimento da produção industrial. (Tavares, 1998: 128-9)

Um fator, que se deveu à derrocada do padrão-ouro, após a Crise de 29 foi a maior liberdade do Estado para conduzir a política monetária e cambial,

³ Ver *Formação Econômica do Brasil* Furtado, 2000:207-215

⁴ Ver *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil* Silva, 1995: 91-99

constituindo uma das mais importantes maneiras de **intervenção estatal** – fato marcante do período, segundo Furtado:

Com a redução do valor das exportações declinava a capacidade para importar e contraía-se a renda monetária. Mas, como o declínio desta última era relativamente lento, surgiam necessariamente tensões na balança de pagamentos. Era em conexão com essas tensões que desempenhavam um papel importante as autoridades monetárias e fiscais do país. Sempre que gozasse de autonomia nesses setores (...), o Estado podia tomar uma série de iniciativas que por uma ou outra forma tendiam a anular, ainda que parcialmente, os efeitos negativos da contração de renda diretamente gerada pelas exportações. (...)

Durante a depressão, a industrialização substitutiva de importações somente ocorreu nos países em que a dependência externa não imobilizava o Estado nos setores monetário e fiscal. (Furtado, 1981: 126)

Furtado segue ainda dizendo sobre a importância do período e do papel do **Estado como planejador da industrialização**:

A industrialização substitutiva de importações tinha como base as atividades industriais preexistentes. Ela constituía certamente um avanço com respeito ao que se havia feito anteriormente, mas não uma mudança qualitativa. As novas atividades orientavam-se pela demanda final, como um edifício que se constrói de cima para baixo. A base do edifício – as indústrias de insumos básicos e de equipamentos – continuava no exterior. A ruptura com esse tipo de industrialização somente ocorre ali onde o Estado ampliou seu campo de ação na esfera econômica. Com efeito, na periferia devem-se ao Estado dois tipos de iniciativas: a criação das indústrias de base, sem as quais não existe um sistema industrial, e a criação de instituições financeiras especializadas, condição *sine qua non* para a existência de uma indústria de equipamentos. (Furtado, 1981: 127-8)

E nessa época de nossa história poderemos nitidamente ver o Estado atuando na criação das indústrias de base, embora de forma não tão contundente como em outros tempos que viriam, como no “Plano de Metas”.

Destarte, sigamos nosso caminho a apresentar melhor as características mencionadas. Antes, porém, vejamos os aspectos políticos para tentarmos explicitar o raciocínio que permeava as ações do Estado na Era Vargas.

1.3 O momento: Vargas, “personagem ilustre” da História do Brasil

O país, acostumado ao pacto oligárquico originado no princípio da República, ver-se-á diante uma nova situação a partir de 29, quando a economia terá de encontrar uma saída para a crise e essa saída só será possibilitada com a aceleração da industrialização. O grande problema, em termos sócio-políticos, será a inexistência de um estrato social consistente o bastante para alavancar o processo modernizante, e diante disso explica-se a importância do Estado, já destacada por Furtado. Nas palavras de Cardoso & Faletto, destaca-se o Estado da época, com uma tipologia nova de pacto, o populismo, cujo ator principal nesses anos será o chefe-de-Estado desse regime, Getúlio Vargas :

“... (n) o ‘modelo de desenvolvimento’ do Brasil, (...) a etapa de expansão para fora⁵ não consolidou um setor empresarial suficientemente forte e moderno para neutralizar o poder dos setores agrotradicionais, e muito menos para unificar os setores populares, rurais e urbanos, como ‘massa assalariada’. (...) o momento da ‘transição’, a partir do qual começa a industrialização substitutiva, a situação engloba tanto poderes ‘tradicional-oligárquicos’ – expressão trivial para designar em seu conjunto diversos segmentos do setor exportador e dos grupos latifundiários não-exportadores – quanto grupos médios que têm acesso ao controle do Estado e também a burguesia industrial e comercial urbanas.(...)”

No Brasil, o populismo aparece como elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização – ou expulsas do setor agrário como consequência de suas

⁵ A etapa de expansão para fora se insere na periodização proposta pela CEPAL, Cf. MELLO (1998: 27), que se divide em: economia colonial/economia nacional, crescimento (expansão) para fora, industrialização por substituição de importações e industrialização extensiva/intensiva.

transformações ou de sua deterioração – ao novo esquema de poder; e converter-se-á na política de massas, que tratará de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano.

A inexistência de um setor agro-importador que tivesse dado origem a uma economia industrial subsidiária de importância, e a impossibilidade do sistema de poder anterior continuar controlando o Estado depois da crise da economia exportadora, assinalam o começo da industrialização.”

(Cardoso & Falleto, 1970:103)

Vargas, conhecido por sua notável argúcia, costurará um arranjo capaz de englobar diversos interesses, baseando-se na criação de uma cisão entre operários rurais e urbanos. Como apontarão Cardoso & Faletto:

“(...) a sustentação política do desenvolvimento interno era integrada por grupos de interesses contraditórios; necessitava-se de uma aliança política com os setores mais atrasados da estrutura produtiva brasileira (os latifúndios não-exportadores) para chegar a uma política de criação de setores econômicos modernos que permitissem criar uma possibilidade de incorporação das massas. Por outro lado, a viabilidade de tal política passava a depender precisamente de uma divisão entre os setores populares: a massa urbana que se beneficia do desenvolvimento e a rural que nele não é incorporada. Isso ocorreu porque o sistema de acumulação e de expansão econômica – dada a sua taxa relativamente limitada de crescimento – não suportaria a pressão salarial provocada pela incorporação ao mercado de trabalho, em condições mais favoráveis, de amplos setores rurais, como também porque se se tentasse a incorporação dos camponeses estourar-se-iam os marcos da ‘aliança desenvolvimentista’ – que incluía os latifundiários – pois a força política dos latifundiários baseia-se na manutenção de uma ordem que exclua a massa rural dos benefícios da participação econômica, política e social. (Cardoso & Falleto, 1970:105-6)

Assim, latifundiários eram atendidos com a manutenção da estrutura de propriedade, a frágil burguesia industrial tinha seu mercado garantido e apoio ao seu desenvolvimento, os grupos médios eram beneficiados pelo modelo voltado

às atividades urbano-industriais e os operários tinham oferta de emprego garantidas. Está posta a solução para a crise: industrializemo-nos !

1.4 O problema da Demanda Efetiva pré -1929

O café chegará ao fim da sua hegemonia na economia nacional ao cabo dos anos vinte. Porém essa década, findada com o Crash da Bolsa de Nova Iorque, marca no Brasil não apenas os espetaculares momentos do cultivo da planta, mas crises de superacumulação, e, também, verá a ramificação do capital mercantil para o capital industrial. Originar-se-á o que será o motor da economia pelo menos por cinquenta anos: a indústria.

Porém, antes que passemos para a análise desse período devemos nos concentrar para saber por que a economia brasileira reuniu forças num momento de depressão mundial e conseguiu sair rapidamente da situação indesejável, e se colocou como uma nação levada pelos caminhos industrializadores.

Tendo como referência a macroeconomia proposta pela *Teoria Geral* de Keynes, reenfatizada pela contribuição de Kalecki, veremos que as decisões de gasto, em específico o investimento, são o grande motor da economia. Esta decisão se traduz na mobilização do departamento de bens de produção. Quando esse departamento se excita, cria outros tipos de demanda, resultando em uma geração multiplicada de renda, induzindo o consumo (mobilizando os departamentos de bens de consumo duráveis e não duráveis). Tal efeito não cessa aí, pois a excitação dos demais departamentos acelera o processo no departamento de bens capitalistas e resulta em um fluxo de salários e lucros em todos os setores da economia.

Com isso em mente, resta-nos procurar, no momento pré-29, como se comportavam esses gastos. Obviamente não encontraremos o processo dinâmico da economia dessa maneira. No decênio imediatamente anterior à crise outras eram as forças que conduziam a atividade econômica.

O país naquele momento tinha suas forças mais dinâmicas concentradas na agricultura. Esta atividade gerava divisas, essenciais para garantir as necessidades de importações, e, além disso, originava os salários e lucros das atividades direta e indiretamente relacionados a ela, configurando-se, assim, como o motor da economia. Era o modelo agrário-exportador. Aprofundemo-nos nesse momento e saibamos como dele resultaremos na industrialização.

Capítulo 2 – O período anterior e as bases da industrialização

O período pós Grande Guerra até a Crise de 29 será a última cena do café, como já foi dito, é nele que serão lançadas as grandes bases da industrialização. Estamos na fase de nascimento e consolidação da grande indústria, segundo a periodização proposta do “Capitalismo Tardio”, onde o capital industrial florescerá e será dependente da acumulação cafeeira.

Antes de tudo é necessário explicitar a notabilidade do complexo cafeeiro paulista. Pela definição de Cano essa terminologia abrange:

“uma economia muito diversificada, com a apropriação de seus frutos mais bem distribuída – impostos ao Estado, lucros e rendas ao setor privado e salários ao trabalhador – do que na maior parte do país”. (Cano, 1997: 252).

No interior desse complexo é que estava a indústria nacional mais dinâmica da época: a paulista.

Devemos ressaltar que as atividades econômicas no país não se resumiam ao complexo cafeeiro, havia a borracha no Norte, o algodão no Maranhão, o cacau na Bahia, a pecuária no Sul, indústrias na Guanabara, atividades urbanas como o comércio em Minas Gerais, entre outros. Mas o café paulista se destacou na história como o originário da maior força industrializante do país. É por isso que iremos adotar a postura de salientar as características da economia de São Paulo, pois foi exatamente onde a classe industrial e os demais grupos urbanos (incluem-se aqui o setor bancário, serviços e infra-estrutura urbana e operário) se estabeleceram com maior força.

Para entender a construção do parque industrial dicotômico iremos privilegiar, dessa forma, o estado de São Paulo, pois nele se originará a economia capitalista brasileira⁶.

Vejamos as características da década de 1920 no estado de São Paulo.

2.1 A acumulação: o capital cafeeiro

Segundo Cardoso de Mello:

"A economia cafeeira capitalista cria (...) as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao:

- (1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial;
- (2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e finalmente
- (3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis." (Cardoso de Mello, 1998: 105)

Diante desses elementos, a industrialização tinha bases mais ou menos sólidas para acontecer, porém esta industrialização não será iniciada pelo departamento dos bens de produção e sim pelo departamento de bens-salário. As razões apontadas por Cardoso de Mello são:

- (1) a apresentação de problemas de concentração e centralização de capitais⁷ visto que a Segunda Revolução Industrial tornara as escalas de produção daquele departamento razoavelmente grandes; e
- (2) a indisponibilidade de tecnologia no mercado internacional para a indústria pesada.⁸

E aponta como atrativos do setor dos bens-salário:

⁶ Ver *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo* Cano, 1998, págs 54-134 . Sobre a importância do café formação do capitalismo no Brasil ver Cardoso de Mello, 1998: 102-16.

⁷ Ver *O Capital* Marx, Abril, Os Economistas, 1988.

- (1) tecnologia simples;
- (2) tamanho pequeno da planta; e
- (3) montante baixo a ser imobilizado.⁹

O café, portanto, dentro da sua própria dinâmica criava as condições industrializadoras, uma vez que:

"a produção de café é, simultaneamente, demanda por terras, meios de produção e força de trabalho, pelo lado da acumulação, e, pelo lado do gasto corrente, demanda por alimentos, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista.

A acumulação de meios de produção e o consumo capitalista se financiam com a capacidade para importar gerada pelo próprio complexo exportador cafeeiro. Somente a demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, uma vez constituídos a agricultura mercantil de alimentos e o setor industrial, é atendida por produção interna, com o que se internaliza a reprodução da força de trabalho." (Cardoso de Mello, 1998: 111)

Sendo assim, vemos uma nítida relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial. Todavia, há algo a ser explicado: a tradução da unidade capital cafeeiro – capital industrial. Cardoso de Mello nos elucida:

"De um lado, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa apenas parcialmente pelo setor industrial, que permite, produzindo bens de consumo, reproduzir a força de trabalho empregada no complexo exportador, bem como abre oportunidades de inversão para parte dos lucros extraordinários auferidos pela economia cafeeira. O grosso da acumulação do complexo cafeeiro, no entanto, se efetua mediante condições de financiamento e inversão real que dependem do problema da realização, que se efetiva no mercado internacional.

De outro lado, o capital industrial depende, duplamente, do capital cafeeiro para a sua expansão. Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira, que faz as vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu

⁸ Ver Cardoso de Mello, 1998: 108-9.

⁹ Ibidem

crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização. Decisiva, no entanto, é a dependência pelo lado da acumulação, que exprime a ausência de forças capitalistas produtivas e a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil." (Cardoso de Mello, 1998: 112)

Desse modo o café poderia impor limites à indústria, porém Sérgio Silva nos alerta:

"A subordinação da indústria nascente à economia cafeeira implica que os movimentos desta repercutam forçosamente sobre a primeira. Mas não implica, entretanto, a aceitação da tese segundo a qual qualquer enfraquecimento ao nível da economia cafeeira só pode ter efeitos negativos sobre o crescimento da indústria." (Silva, 1995: 94-5)

A tese é comprovada pela continuação da expansão do produto industrial nos momentos de crise da indústria, como durante a Primeira Guerra e os momentos imediatamente antecedentes dos "Planos de Valorização do Café", notadamente instantes históricos marcados por fluxos menores de renda no complexo cafeeiro. Essa expansão só é confirmada se tomarmos a hipótese de terem ocorrido instantes de acumulação na indústria que permitiram construção de capacidade ociosa, o que possibilitou a ocupação desta para atender a demanda reprimida por importações. **Note que é exatamente assim, porém em escala ampliada (uma vez a queda do café sendo irrecuperável) que o processo de industrialização por "substituição de importações" terá início pós-1929¹⁰.**

Porém há de se explicitar teoricamente como se davam as contradições entre capital cafeeiro e industrial, que originaram essas situações acima mencionadas, para isso Cardoso de Mello explica que:

¹⁰ Esse ponto será melhor explicitado no item 2.4 e nos itens iniciais do capítulo 3.

“Os períodos de expansão da economia cafeeira podem ser pensados como constituídos por dois momentos. No primeiro, a taxa de real de acumulação cafeeira cresce menos que a financeira, porque os lucros brutos sobem com os preços e o dispêndio em acumulação reage defasado. As margens de lucro brutas do café são superiores às da indústria, mas há capital monetário disponível para ser transferido ao setor industrial e aumenta a oferta de bens de produção importados para expandir a capacidade produtiva industrial. Vale dizer, o capital industrial pode-se reproduzir com facilidade, ainda que sua taxa corrente de rentabilidade seja menor que a do café.

No segundo momento, a taxa de acumulação real se acelera, respondendo a atrasado aos preços. A excessiva mobilização em cafezais, assim como a tendência à superprodução, requerem mais capital do que a taxa interna de rentabilidade pode financiar. Na impossibilidade de se desmobilizar o capital industrial já invertido e de se reverter o fluxo interno de financiamento uma vez que as margens correntes de lucro do setor industrial, apesar de crescentes, continuam inferiores às do capital cafeeiro, faz-se apelo ou ao auxílio estatal ou ao capital estrangeiro. Se as entradas de capital são abundantes, aumenta a capacidade para importar e se supre a economia cafeeira de meios financeiros suficientes para agüentar a taxa de acumulação, mas ao mesmo tempo, aumentam as possibilidades de concorrência externa à indústria já instalada, numa situação (suponhamos) de queda do grau de proteção.

O setor industrial então se defende da tendência ao declínio da sua taxa de rentabilidade acentuando a concorrência intercapitalista. Aceleram-se a concentração e centralização do capital industrial, modernizando-se as empresas e aumentam suas escalas, à custa da liquidação de empresas marginais. Ainda que a taxa de acumulação global da indústria não suba e mesmo decline, a capacidade produtiva das empresas mais fortes se amplia e seus custos diretos de produção podem inclusive cair, devido à incorporação de progresso técnico que acompanha a incorporação de máquinas e equipamentos.

Quando, finalmente, os preços do café começam a cair, pressionados pela superacumulação, iniciando-se a etapa declinante do ciclo, a taxa de rentabilidade do capital industrial sobe e ajuda a manter, por pouco tempo a taxa de acumulação da economia. No instante em que se instala a crise, definitivamente, tanto o complexo exportador quanto a indústria são arrastados. Mas a quebra da capacidade para importar defende, em certa medida, o capital industrial, que começa a se recuperar lentamente através de gradual utilização da capacidade ociosa. No momento em que os preços

internacionais e internos tornam a subir, começa um novo ciclo.” (Cardoso de Mello, 1998:113-4)

Está posta, então, a dinâmica da economia no modelo agro-exportador. Vejamos agora os avanços na urbanização e no aparelho de serviços que acompanharam esse processo no decênio 1919/29.

2.2 A “modernização” de São Paulo

Os anos 20 foram marcados pela urbanização e pelo crescimento da Economia Urbana. A cidade de São Paulo passa de 579 mil habitantes para cerca de 900 mil, ao final da década, e sua força trabalhadora industrial já atingia 160 mil operários. (Cano, 1997: 246)

A eletrificação acompanhou esse processo e expandiu sua área de abrangência, o que foi acompanhado pelo avanço técnico na construção de usinas e pelo início da formação das redes de distribuição. As hidrelétricas superam as termelétricas ao final da Grande Guerra, quando houve uma drástica redução nas importações de carvão.

Os entraves de natureza técnica – como a dependência da proximidade de quedas d’água – seriam superados em meados da década, o que não só agilizaria o processo de eletrificação urbana como impulsionaria a utilização da energia elétrica como força motriz nas fábricas. Essa superação é consolidada em 1926, com a construção da Usina Henry Borden, resultado da modernização da Light – uma das principais fornecedoras de energia elétrica da cidade de São Paulo à época – o que resolveu muito dos problemas de geração.

São Paulo, no ano de 1926, através do fato mencionado, além de libertar-se das limitações geográficas, passa a desenvolver um padrão técnico que

possibilitava uma melhor comercialização (através da divisão e boa transmissão para os padrões da época), que não se limitava ao perímetro urbano da Capital, avançando Interior adentro com a expansão das indústrias nacionais. (De Lorenzo, 1997: 169-179)

A indústria elétrica tendia à concentração, fato exemplificado pela compra em 1927, das empresas nacionais pela American Foreign Power Co. (AMFORP), enquanto a São Paulo Light não media esforços para expandir sua área de concessão pela capital e seus entornos. Ao final da década, essas duas companhias dominavam o setor no território paulista. Os investimentos não cessavam, pois a indústria da eletricidade se encontrava em um estágio de retornos crescentes de escala, portanto, buscava-se o consumidor incessantemente. A Light ampliava sua área de atuação investindo nos bondes, fato que na época causava contestação, pois a urbanização seguia os trilhos, sem permitir um mínimo planejamento. (De Lorenzo, 1997: 169-179)

No que diz respeito aos bancos, criavam-se alguns mecanismos para dinamizar a sua atuação. Criou-se a compensação de cheques, o que foi feito a partir de uma Câmara de Compensação, que passou a valer em 1921. Permitiu-se assim, a redução da proporção de caixa dos bancos, os lançamentos contábeis passaram a substituir a movimentação em espécie.

No mesmo ano, fortificam-se mecanismos de fiscalização dos bancos e casas bancárias. A fiscalização ficaria a cargo da Inspeção Geral dos Bancos. A atividade bancária passava a ter suas características reconhecidas e receber atenção exclusiva. Determinou-se que as instituições com capital superior a 500

contos seriam chamadas “bancos”, e os locais onde se verificava um capital inferior a tal quantia denominar-se-iam “casas bancárias”.

Outra instituição de igual importância foi a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, criada em 1920, com poder liberatório e prazo máximo de cinco meses à taxa de 6% ao ano. Os bancos com capital superior a cinco mil contos de réis poderiam recorrer a ela. Paralelamente a isso, discutia-se a ação do Banco do Brasil como um Banco Central, ou seja, com poderes de emissão.

A base econômica continuava fincada sobre o café, porém, por se tratar de anos de diversificação, houve o esboço de novos contornos. A diversificação da agricultura e os investimentos urbanos em indústria, serviços e comércio são áreas bastante favoráveis às ações desses bancos. No que tange ao setor secundário da economia, os investimentos provenientes da atuação bancária se davam tanto nos setores antigos – têxtil e alimentício – quanto nos novos estabelecidos na década – insumos industriais, celulose, cimento e química.

Em suma, o período se caracterizava pelo fortalecimento da economia urbana – como dito anteriormente – com mais um novo componente: a maior complexidade das ações no Interior. (Saes, 1997:201-205)

Em 1928, o Sistema Bancário do estado paulista se dispunha da seguinte forma: os bancos estrangeiros respondiam por 24,4% da participação nos depósitos, 71,6% era a fatia dos bancos nacionais da capital, e os bancos nacionais do interior se apoderavam de 4% do montante dos depósitos. (Saes, 1997:208)

Embora a participação dos pulverizados bancos nacionais seja maior, eles se desenvolviam à custa dos bancos estrangeiros. O papel desses bancos, sem

dúvida nenhuma, não pode ser negado. Eles não fugiam à tradição paulista de criação de circuitos comerciais voltados ao mercado interno. Todavia, havia a limitação imposta pelos altos encaixes. Esses altos encaixes também implicavam preferência do público pelos bancos estrangeiros, que possuíam maior capital disponível e, portanto, maior credibilidade. (Saes, 1997:210-212)

Devemos então destacar, também sob a óptica de duas importantes atividades da economia, que a década de 1920 foi de crucial importância em nossa história.

Do ponto de vista do setor elétrico, seguiu-se a tendência de consolidação da economia paulista com a criação de mercado de trabalho e de consumo. A eletrificação paulista, marcada pela modernização capitalista e urbanização que o país viveu, expandiu-se e, através da instalação de centrais de grande porte e barragens, adequou-se à realidade exigida pelos novos caminhos de nossa economia. (De Lorenzo, 1997:184)

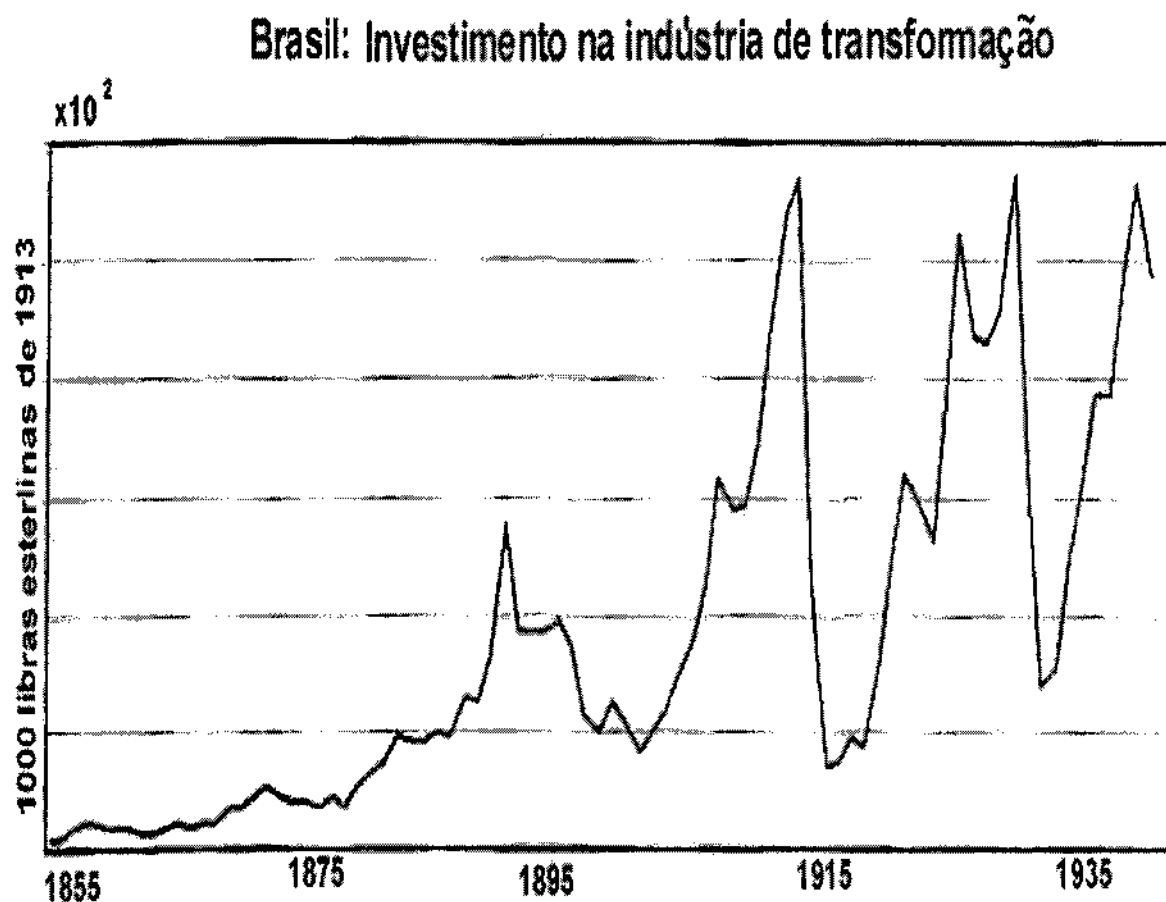
Já se aprofundando no setor bancário, viu-se que este acompanhou a diversificação da economia, relacionando-se às atividades recém-nascidas, e teve suas especificidades reconhecidas pelas autoridades. Entretanto, continuou com ações limitadas pelos altos encaixes a que eram obrigados. Não distante a esse problema, pregava-se a criação de um Banco Central, que, entre outras funções, não ignorava a função de prestador, dando maior liquidez ao sistema. (Saes, 1997:215-216)

2.3 A indústria paulista na década de 1920

Sabendo das relações entre capitais, do padrão de energia e do desenvolvimento do setor bancário dentro do complexo cafeeiro nos anos vinte,

nos resta-nos saber como a indústria se comporta. Uma das maneiras é ver, em específico, a indústria de transformação, onde está inserida uma das mais férteis indústrias dessa época: a têxtil algodoeira. Vejamos o Gráfico 1:

Gráfico 1



Fonte: Suzigan, 2000: 83

Vimos por esse gráfico que no período 1915-35, teremos movimentos de crescimento não linear até 1928, depois um declínio até 1932, com recuperação a partir desse ano. Esse comportamento não diz respeito à indústria paulista apenas, mas deve nos dar uma idéia de como se comportou o investimento na indústria de transformação na época também dentro do complexo cafeeiro.

Atentando para a análise do comportamento da indústria podemos utilizar os dados apresentados por Suzigan para um panorama da indústria de transformação no Brasil, que tinha seu maior peso em São Paulo, explicando a não-linearidade do crescimento da indústria na década de vinte:

"(...) o efeito combinado da recessão internacional de 1920-1921 e das mudanças subseqüentes na política econômica sobre os preços internos e a taxa de câmbio, juntamente com o retorno dos preços de importação aos níveis normais do pré-guerra, é fundamental para explicar os altos níveis e as flutuações do investimento na indústria de transformação durante a década de 1920. A rápida recuperação dos investimentos em 1919-1920 pode ser explicada pelas grandes encomendas destinadas a repor o maquinário que se tornara obsoleto ou estava depreciado após seu uso mais intensivo durante os anos de guerra. Parte dessas encomendas provavelmente ainda estava chegando em 1921, embora a ritmo menos intenso do que em 1919-1920. Com a crise de 1920-1921, as encomendas foram certamente reduzidas, não apenas em razão da própria recessão, mas também porque a depreciação cambial elevou os custos da maquinaria importada muito acima dos que prevaleceram mesmo durante a guerra. Isso explica a redução das exportações de máquinas e equipamentos industriais em 1922-1923 para o Brasil. Entretanto, com o sucesso do programa de valorização do café e as políticas monetária e fiscal expansionistas de 1922-1923, a produção e a renda interna cresceram, e a taxa de câmbio real valorizou-se. Essa valorização resultou da defasagem entre a depreciação e a taxa de câmbio nominal e o aumento dos preços internos, e de acentuado declínio dos preços de importação. Essa tendência à valorização da taxa de câmbio real foi ainda reforçada pela política deflacionária de 1924-1926 e pelo esquema de estabilização cambial implementado a partir de 1927. Assim a despeito do declínio das taxas de crescimento econômico em 1924-1925, o investimento na indústria de transformação voltou a aumentar, sem dúvida estimulado pelos custos mais baixos da maquinaria importada, e permaneceu em níveis elevados até 1929, embora com pequeno declínio em 1926-1928 em relação ao pico de 1925." (Suzigan, 2000: 91)

Tudo isso pode ser corroborado com a tabela abaixo, onde o biênio 1922-1923 se apresenta como baixa e o ano de 1925 como o pico:

Tabela 1

Estado de São Paulo: importações de máquinas e equipamentos "para a indústria e agricultura"

Anos	Mil toneladas	Mil contos
1904	...	5,5
1905	7,0	5,9
1906	7,1	6,4
1907	12,4	12,2
1908	13,0	12,2
1909	12,5	11,6
1910	17,7	15,8
1911	27,4	23,5
1912	40,5	32,4
1913	...	33,3
1914	...	13,4
1915	...	6,5
1916	...	10
1917	...	14,8
1918	5,6	15
1919	11,6	30
1920	19,9	62,7
1921	17,8	87,9
1922	13,3	51,2
1923	19,1	90,1
1924	15,3	118,9
1925	41,1	170,8
1926	27,5	117,9
1927	25,3	141,5
1928	32,0	177,0
1929	...	199,5
1930	...	92,4

Fontes: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (vários anos) e Comércio Exterior pelo Porto de Santos (vários anos) Cf. **Cano, 1998a: 293**

Já a situação na indústria têxtil apontava para um investimento com um movimento ascendente mais definido:

Tabela 2
Importações de máquinas e acessórios para a indústria têxtil
(em toneladas)

Anos	Máquinas (exclusive teares)		Máquinas e acessórios (total)	
	São Paulo	Resto do país	São Paulo	Resto do país
1920	1198	1973	1603	2659
1921	2368	2790	2822	3473
1922	2687	2274	3222	3413
1923	3958	2708	4833	4005
1924	3613	4998	4313	5879
1925	6987	8653	7848	10011
1926	3212	5310	3796	6634
1927	1787	3241	2362	4382
1928	2242	2493	2915	3329
1929	1364	1998	2036	2611

Fonte: Cano, 1998a: 294

Diante de tal tabela temos os indícios de que realmente teremos um vigoroso crescimento do investimento da indústria têxtil paulista, com um notável pico de 1924 a 1928, anos em que o câmbio estava valorizado no país, possibilitando a importação das máquinas:

O investimento aumentou em praticamente todos os setores da indústria de transformação na década de 1920. Na indústria têxtil, o investimento atingiu os níveis mais altos de todo o período (...), particularmente em 1924-1928, quando a taxa de câmbio estava substancialmente sobrevalorizada.(...) A modernização da indústria de calçados prosseguiu na década de 1920 (...) Na indústria de moagem de trigo ocorreu nova fase de expansão da capacidade de produção (...) A indústria de cerveja também realizou grandes investimentos em maquinaria..." (Suzigan, 2000:92)

Estávamos no segundo momento do ciclo do capital no complexo cafeeiro, descrito no item 2.1, nas palavras de Cardoso de Mello. Era tempo de tendência a crises de superprodução, tanto que temos em marcha um "Plano de Valorização do Café", que permitia a manutenção dos preços do café com recursos estrangeiros conseguidos por intermédio do governo brasileiro que tomava empréstimos no mercado financeiro de Londres. As empresas lutavam entre si e

também contra as importações de bens de consumo numa acirrada disputa, sendo a produção na indústria têxtil constante, fato confirmado pela tabela abaixo:

Tabela 3
Índice da produção física do estado de São Paulo¹¹
(base: 1920 = 100)

	Índice A (10 produtos)	Índice B (Índice A, exclusive tecidos de Algodão)
1918	78,7	78,6
1919	93,0	92,3
1921	102,5	99,9
1922	114,7	113,5
1923	188,1(a)	136,4
1924	131,6	137,1
1925	118,1	123,5
1926	130,2	131,8
1927	144,1	168,6
1928	169,1	215,7

Fonte: Cano, 1998a: 199

Note que a produção apresenta rigidez enquanto há aumento na importação de máquinas. Isso se traduz em duas ações: **crescimento da capacidade ociosa e eliminação de empresas marginais levando à concentração de capital no setor (e ganhos de progresso técnico)**. Isso pode ser notado pelo confronto das tabelas 1 e 2, embora a tabela 1 seja do setor de tecidos de algodão. Pelo fato de os demais produtos da tabela 2 serem *wage-goods* cabe uma extrapolação, para dizer que as duas ações antes mencionadas são as grandes características da década vinte para o conjunto da indústria paulista.

Alerta-se que, como está-se medindo o investimento pela importação de máquinas, podemos observar o crescimento deste em períodos de recessão econômica, comprovando que o capitalismo não estava instaurado no Brasil, o

¹¹ O autor usou como índice A os seguintes produtos: quatro tipos de tecidos, calçados, chapéus, cerveja, álcool e aguardente, açúcar e carnes frigorificadas. O segundo exclui desses produtos, os tecidos de algodão; os produtos do índice B representavam 30,6% da produção paulista em 1919, e o índice A totalizava 52% da mesma. O autor prefere a utilização dessa tabela como um indicador da tendência da indústria na época.

que se salienta, nesse caso por duas razões: as máquinas vinham do exterior e o investimento industrial não era o motor da economia. Por isso, o observado era em alguns momentos o “sinal trocado” da formação de capital e do resultado do produto na economia, algo impossível de se conceber em economias de capitalismo maduro. Esse resultado é explicado pelo fato de , no momento da recessão em 1924-25, ocorrer uma valorização do câmbio. Todavia, mais uma vez, reforça-se o argumento de que o limite para inversões na indústria era dado pelo comportamento do mercado externo e não pela atividade interna, uma vez que o café era o gerador de divisas:

“Entre 1924 e 1929, no entanto, o ‘café dará para tudo’,: as exportações sobem para uma média de 93,5 milhões de libras anuais, contra 74,6 entre 1919 e 1923, as relações de troca melhoram substancialmente, e as entradas de capitais externos aumentam em muito. Submetidas a uma implacável concorrência, nem a indústria nem a agricultura de alimentos e matérias-primas puderam se expandir mais rapidamente.” (Cardoso de Mello, 1998: 168)

Entretanto, explica-se:

“O crescimento da capacidade para importar e a valorização da taxa de câmbio, entre 1924 e 1926, intensificaram a concorrência num momento em que os efeitos protecionistas da tarifa se esvaíam, corroidos pelo não ajustamento dos preços-base oficiais aos preços de mercado. Ao mesmo tempo, porém, a importação se torna mais fácil, e o custo dos bens de capital importados diminui. O movimento de modernização (por exemplo: o número de teares sobe cerca de 16 %) culmina em 1926 com uma crise industrial. Em 1927 e 1928, com o aumento do grau de proteção, devido a desvalorização cambial (...), arrefece a concorrência externa, a modernização é mais lenta e, valendo-se da expansão cafeeira, a produção pode crescer.” (Cardoso de Mello, 1998:

174)

Outra característica da atividade industrial era o surgimento de novos ramos, com destaque para o desenvolvimento, dentro da indústria de transformação, da indústria de insumos básicos:

“Nota-se também na década 1920 tendência marcante à maior diversificação da indústria de transformação. A primeira fábrica de cimento bem-sucedida foi construída em 1924-1926. Foram também construídas cinco usinas siderúrgicas. Embora duas dessas usinas tivessem falido ao final da década, as outras três, juntamente com as duas usinas produtoras de ferro-gusa estabelecidas na década de 1890, tornaram-se as maiores produtoras de ferro e aço no Brasil no final da década de 1920 e início dos anos 30. Nas indústrias metal-mecânicas, o investimento aumentou substancialmente, com o início da fabricação de máquinas agrícolas pesadas, algumas máquinas e equipamentos industriais mais simples, equipamento de construção, aparelhos elétricos, etc. Aumentou também o investimento em fábricas de papel (...) Outras indústrias que tiveram sua instalação iniciada na década de 1920 incluem produtos de borracha, química, farmacêutica e perfumaria. A indústria de óleo de caroço de algodão recebeu grandes investimentos em 1920-1921 (...) Finalmente, a indústria de processamento de carnes (...) aumentou capacidade de produção no final da década de 1920.” (Suzigan, 2000: 92)

Note-se a conformação de uma dicotomia já nos anos vinte: aos poucos se diversificava o parque, fazendo-se esforços para adequar a operacionalização de setores mais pesados, que careciam de maior aporte de recursos devido às maiores escalas e sua maior automatização que as indústrias tradicionais.

Ao final da década, o mercado para firmas de escala maior já estava estabelecido antes mesmo da criação destas – agora não só pela demanda criada pelo setor cafeeiro –, pois ele poderia atender à demanda crescente do setor industrial, que, nesse caminho de expansão durante os vinte, já podia representar um mercado que pudesse comportar plantas um pouco maiores.

Parece-nos sensato, diante desses elementos, entender o porquê de, mesmo com toda diversificação, o processo de industrialização não ter deslanchado via construção de um departamento de bens de produção, pelas razões já apontadas por Cardoso de Mello:

“na indústria de bens de consumo leve, especialmente na indústria têxtil, a tecnologia era relativamente simples, mais ou menos estabilizada, de fácil manejo e inteiramente contida em equipamentos amplamente disponíveis no mercado internacional, e o tamanho da planta e do investimento inicial, inteiramente acessível a economia brasileira de então. Estas são as raízes da ‘preferência’ pela indústria de bens de consumo assalariado, e não problemas de demanda ‘preexistente’ ou de preços relativos.” (Cardoso de Mello, 1998: 158)

Um último, e não menos importante aspecto é a presença do capital estrangeiro na indústria. Empresas com a Cimento Portland, a RCA, a GM, a Ford entre tantas se destacaram como pioneiras no estabelecimento de unidades aqui no Brasil já no referido decênio.

2.3.1 O mercado da indústria paulista

O mercado de expansão da indústria paulista notadamente não se resumirá só ao território do estado. Nesse período ocorrerá uma concorrência interestados e, por que não dizer, inter-regiões, porém ocorrerá um efeito benéfico. Veja as palavras de Cano:

“A década de 20 representou para São Paulo ‘um novo salto’ de capacidade produtiva. Agora porém não era apenas quantitativo, mas também significava grande avanço na diversificação estrutural de sua indústria, com inclusão de novos produtos e novos segmentos produtivos. Essa superinversão dos anos 20, resultando mais tarde, em alto grau de capacidade ociosa, acirrou a luta inter-capitalista inter-regional, de onde saiu vitoriosa a indústria paulista, que lançava, assim bases mais sólidas para a definitiva coquista do mercado nacional. De pouco mais de 15% da produção industrial brasileira em 1907, SP chegava, em 1929, com pouco menos de 40%.

Além de ter constituído amplo mercado de trabalho, antecipado em relação às demais regiões, sua economia seria sumariamente reforçada durante os anos 20, com fluxo de imigração nordestina e mineira que apenas se iniciava. Quer dizer, ampliavam-se ainda mais as condições para a expansão da economia paulista, com oferta abundante de mão-de-obra.

Por outro lado, examinando o comércio exterior e inter-regional de SP, percebe-se pela tabela, sua mudança fundamental: diminuía o peso relativo das exportações para o exterior, como determinante principal da renda e do emprego; aumentavam gradativamente as exportações para o resto do país, demonstrando a crescente conquista do mercado nacional, ou de outra forma, afirmava o nascimento do processo de integração do mercado nacional.

Note-se que é justamente no período 1920/30 que se dá a maior mudança na estrutura das exportações que nesse momento se dividem em partes aproximadamente iguais para o exterior e para o mercado interno.

Tabela 4
Exportações totais de São Paulo, segundo o destino
(%) do valor

Média	Para o exterior	Para o resto do Brasil
1900/10	85%	15%
1910/20	75%	25%
1920/30	50%	50%

Fonte Cano: 1998a

A periferia nacional, dessa forma, teria de modificar também sua estrutura comercial externa: ajustar-se-ia a uma função complementar à economia paulista." (Cano, 1998b: 65-6)

Espera-se com os elementos acima, ter se justificado a relevância do estudo do capital cafeeiro para entender-se a dinâmica da economia do Brasil industrial e possamos avançar na análise.

2.4 A Crise: um processo intrínseco

Ao tratarmos do café, tratamos de um investimento diferenciado dos demais, pelo fato de que o momento do investimento (plantio) é separado por 5 anos da produção (colheita); sendo assim, muitos cultivam em uma situação favorável e podem colher em situações desfavoráveis. Se ocorrem bons

resultados em um ano “x”, as inversões na lavoura crescem neste ano e, conseqüentemente, no ano “x+5”, temos uma produção ampliada.

O Brasil, possuía, relativamente, um monopólio. A produção de café no resto do mundo não era significativa. Adiciona-se a isso o fato de que além de possuir o monopólio do produto, a produção no país superava desde início do século XX, o mercado. Por isso que em 1906, tem-se o “Convênio de Taubaté”, que objetivava, estabelecer uma “política de defesa do café”.

Nesse intuito, negociaram empréstimos para a compra e armazenamento do excedente produzido. Era o “Plano de Valorização” realizado para que se evitasse o escoamento desse excedente e não se prejudicasse os preços nos momentos de altas safras. Os excedentes ficariam armazenados para que se atendesse à demanda nos anos de geada. Buscava-se, na verdade, manter os preços em patamares altamente lucrativos aos produtores.

O primeiro foi em 1906-1907 . Haveria um segundo em 1917-1918, um terceiro em 1921-1923 e, finalmente, a elaboração da política de “defesa permanente do café”.

Essa política, implementada a partir de 1926, quando a Política de Defesa do Café passa a ser uma política de defesa permanente e será conduzida pelo estado de São Paulo, via o então recém-criado Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café.

2.4.1 A dupla natureza dos “Planos de Valorização”

Os planos ocorriam na segunda fase do ciclo proposto por Cardoso de Mello, quando as necessidades de acumulação demandavam esse volume

financeiro extra, pois só assim se mantinham os lucros e se permitia continuar num nível de reinversões alto.

Ocorre que, ao defender a renda do setor cafeeiro, manter os lucros e acumulação em níveis elevados, o café se mantinha como alternativa interessante às inversões, atraindo mais capitais, expandindo a fronteira geográfica da produção e configurando-se um ciclo vicioso: manutenção da renda na lavoura – reinversões – superprodução.

Destarte, o plano de 1921-1923 e a conseguinte “política de defesa permanente” serão a causa primária da crise de 1929 no Brasil. Pois ao defender a posição do café em 1923 (e nos anos imediatamente posteriores), gera-se um novo ciclo de inversões na plantação e, como já explicado, cinco anos depois estará configurada a maior safra de todos os tempos!

Sendo assim, a crise de 29 já encontrará uma situação caótica no país. Com o alto grau de endividamento do país, somado à necessidade para financiar a produção de 1928/1929, e ainda adicionada à maior crise de liquidez do capitalismo até naquele momento conhecida, não haverá como se manterem os rendimentos dos cafeeiros, via aporte financeiro externo.

2.4.2 A crise como resultado da “defesa do café”

A tese aqui explicitada é a do “Capitalismo Tardio”. A “Crise de 29” e a posterior “Grande Depressão dos anos 30” só acelerarão processos de destruição no capitalismo brasileiro que já estavam inscritos no próprio movimento da acumulação do complexo cafeeiro:

“É, portanto, a existência de uma grande redundância de capacidade, concentrada no Brasil, que explica, nuclearmente, a crise do complexo cafeeiro. A ‘Grande Depressão’, isto sim, provavelmente

antecipou e, certamente, aprofundou uma crise que de qualquer modo seria inevitável. E o fez não somente pelos efeitos que se produziu sobre o comportamento da demanda externa, mas, também, porque contribuiu para deslocar o café brasileiro do mercado internacional.” (Cardoso de Mello, 1998: 178)

Sendo assim, só há uma aceleração, em 1929, dos efeitos de uma crise intrínseca à trajetória de defesa dos preços do café.

Os números são bastante contundentes:

“A ‘política de defesa permanente’, ao manter a taxa de lucro da agricultura cafeeira em níveis extraordinariamente elevados, por vários anos, promoveu uma enorme expansão da capacidade produtiva: apenas para que se tenha uma idéia da magnitude do crescimento, basta dizer que, entre 1928/1929 e 1933/34, verificam-se nada menos de três safras superiores a 28 milhões de sacas” (Cardoso de Mello, 1998: 177)

O que é corroborado por Furtado:

“O valor dos estoques acumulados entre 1927-29 alcançou a soma avultada de 1,2 milhões de contos, ou seja, ao nível de preços de 1950, cerca de 24 bilhões de cruzeiros. Em 1929 o valor dos estoques acumulados sobrepassou dez por cento do produto territorial bruto do ano” (Furtado, 2000: 197)

Porém o malefício da retenção da produção não havia estancado:

“Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão (mundial), como reflexo das grandes plantações de 1927-28” (Furtado, 2000: 199)

Vejamos agora como o Brasil mostra forças e se recupera.

Capítulo 3 – Consolidação das Indústrias de Bens de Consumo (1930-1937)

De acordo com as conclusões do capítulo anterior, o café entrara em sua crise final em 1929. A partir desta data, a planta deixa de ser a força propulsora da acumulação para se tornar um produto decadente.

Todavia, o café ainda possuía certa importância: continuava responsável por uma boa parte da geração de divisas. O principal, no entanto, ao observar os anos trinta, é entender como o eixo central da acumulação, aos poucos, se consolida no investimento industrial, sobretudo, no setor de bens de consumo.

3.1 A turbulência desenhando a dicotomia

A crise do café tinha dois componentes: a superprodução (face interna do problema) e a contração econômica nos países demandantes (face externa). O resultado a se esperar num curto-prazo era a continuidade do fator endógeno do colapso (as safras permaneceriam altas nas áreas onde o custo da destruição da plantação era maior que os lucros da venda de parte da produção com preços reduzidos). Por sua vez, dada a magnitude da depressão no mundo, o fator exógeno iria atuar de maneira negativa e, portanto, provocaria uma situação rigidamente adversa, comprimindo o preço de venda do café no mercado internacional.

Como a atividade cafeeira permanecia, nesse ínterim, a ser geradora principal de divisas da economia, e o país não tinha um departamento de bens de produção desenvolvido, o resultado da crise era o abalo de duas variáveis macroeconômicas: consumo e investimento. Ou seja, reprimia-se a demanda por

bens de consumo importados e impedia-se a ampliação e renovação da indústria nacional.

Tal situação seria lastimável, não fossem relevantes os acontecimentos já descritos do momento anterior¹²: os investimentos realizados no setor de bens de consumo, que resultaram em capacidade ociosa e a diversificação dos investimentos em direção ao departamento de bens de produção.

Deste modo, o parque industrial brasileiro, em especial o paulista, tinha recebido grandes ondas de investimento ao longo do decênio de vinte. Um exemplo bastante claro é o da situação excepcional do café em 1925-26 somada ao câmbio valorizado do período, traduzindo-se em um pico notável de inversões. Porém devemos nos atentar ao fato de a produção não acompanhar esse crescimento (enquanto a importação de bens de capital de 1925 é o dobro da de 1924 conforme tabela 1, a produção, conforme tabela 3, decresce!) o que já foi destacado no capítulo anterior como expressão de crescimento de capacidade ociosa e concentração no setor de bens salário.

Sendo assim, apesar de o investimento ser negativamente afetado pelo quadro hostil, **a produção pode crescer através da ocupação da capacidade ociosa**, e ademais, resolveram-se problemas de demanda efetiva engendrando uma queda menor no consumo, **substituindo a demanda que antes era atendida por importações com produção nacional**.

Tomemos o cuidado de alertar que Tavares no seu clássico estudo¹³, nos alerta que o conceito de “substituição de importações” deve ser encarado com

¹² No capítulo II desse relatório.

¹³ *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* Tavares, 1977, págs 38-41.

uma certa cautela, pelo fato de que a “substituição aparente” nem sempre se traduz em uma “substituição real”.

Porém nos parece claro, pela posição da mesma autora, já explicitada no capítulo 1 (item 1.2) deste relatório, que esse momento é o real momento de “substituição de importações” no país.

Desta forma, a produção nacional pôde avançar para espaços antes preenchidos por bens importados, com a ocupação da capacidade ociosa construída num período anterior.

Todo esse desenrolar é possibilitado pela pouca entrada de divisas nesse anos iniciais do decênio de 30, conforme explicitado. Porém há um fator de extrema importância contribuindo para isso: a derrocada final do padrão-ouro,

Esse acontecimento desamarra o país dos compromissos de conversibilidade e coloca a possibilidade de desvalorizações cambiais para que se mantenha a renda corrente (ainda que em moeda nacional) nos setores ligados ao complexo cafeeiro e aos demais setores ligados às atividades exportadoras.

A sua contrapartida, no entanto, era o encarecimento dos bens capitalistas necessários ao investimento, o que ressalta mais uma vez os acontecimentos da década de 1920.

“ Essa depreciação da taxa de câmbio real, juntamente com o aumento dos direitos aduaneiros a partir de 1931, elevou o custo real das importações a níveis comparáveis aos que prevaleceram na Primeira Guerra Mundial. O investimento na indústria de transformação, tal como indicado pelas exportações de maquinaria industrial para o Brasil, caiu abruptamente em 1930-1931. O fundo da depressão, no que diz respeito ao investimento na indústria de transformação, ocorreu em 1931-1932, quando o investimento atingiu apenas 30% dos níveis anteriores à depressão.” (Suzigan, 2000: 93)

Tais fatos, somados a situação de colapso nos fluxos de comércio e finanças internacionais, resultam na impossibilidade de renovação e ampliação do parque industrial. Eis aí um grande fator para aprofundar a dicotomia tecnológica entre os setores industriais.

Com efeito, o papel do Estado será importante para a continuidade do desenvolvimento do capitalismo no país, e, como ressalta Cano:

A 'crise de 1929' e sua recuperação cumpriram passo importante dessa caminhada: solucionariam parcialmente o problema da capacidade ociosa, mas não teriam condições, por si sós, de fazer prosseguir a marcha. Para isso era necessária profunda reestruturação do Estado – naturalmente guardando certo equilíbrio entre as principais frações da classe dominante – com o que a política econômica pudesse perseguir o desenvolvimento desse capitalismo. (...)

(...) para prosseguir com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, havia, necessariamente, que integrar o mercado nacional e, para tanto, não mais poderia o Estado permitir a supremacia de interesses especificamente regionais sobre os nacionais. Desnecessário dizer que o interesse nacional predominante seria o de desenvolver a indústria, prioritariamente aos demais setores. Agora, não mais interessaria tratar prioritariamente de problemas específicos regionais e o Estado faria com que vários deles fossem rapidamente 'convertidos' em problemas nacionais. Café, siderurgia, sal, pinho, mate, açúcar e álcool e outros seriam contemplados com instrumentos de política federal centralizada e, em muitos casos, criar-se-iam instituições federais específicas para seu atendimento." (Cano, 1998b: 175-6)

Destarte, a industrialização dependeria da ação estatal e esta ocorreu. Porém a contribuição para a configuração dicotômica é dada nesse âmbito, haja vista que os exemplos citados pelo autor acima contemplam uma nova área industrial: a siderurgia (componente fundamental na indústria de insumos básicos), ou seja, começava a se orientar a necessidade de fortalecer o departamento de bens de produção no Brasil.

Tal fato é corroborado pelo muito citado Decreto 19.379, de 1931¹⁴, proibindo a importação de bens de capital para vários setores (dada a situação do balanço de pagamentos), que, se não contribuiu para a queda do investimento, deve ter contribuído para um redirecionamento das inversões, podendo significar mais um fator de relevância para a construção de uma dicotomia tecnológica no país, onde os ramos novos recebiam uma maior liberdade para se instalar e ter acesso a novas tecnologias, enquanto os setores tradicionais tinham sua renovação prejudicada:

" (...)A contenção dos novos investimentos industriais, de maneira geral, deu-se pelo corte das importações e, no caso da maior parte das indústrias de bens de consumo não durável, foram ainda contidos pelo Decreto 19.379 (que proibia a importação de máquinas para esse setor) de 7 março de 1931 que vigoraria até março de 1937. As estatísticas disponíveis não deixam margem de dúvida: os níveis de importações de bens de capital em geral, somente seriam superados após o término da Segunda Guerra; os de importações de bens de capital para a indústria em 1937 e 1943/44, nestes últimos, seguramente em face das pesadas importações para a montagem da Siderúrgica de Volta Redonda" (Cano, 1998b: 185)

Deste modo, a construção de um parque industrial dicotômico ganhava impulso.

3.2 A integração do mercado nacional como fator de consolidação da indústria

Vivendo um panorama desfavorável do mercado externo – o que impedia a geração de demanda e oferta pelas vias do comércio internacional – e a inevitável “saída pelo mercado interno” – possibilitada pelos investimentos realizados após a Grande Guerra –, o Governo Getúlio Vargas tinha como condição *sine qua non*

¹⁴ O decreto em questão proibia a importação de máquinas que possuísem finalidade de ampliar capacidade

para a reorientação da economia a organização do mercado nacional, com vistas a derrubar os empecilhos ao desenvolvimento industrial do país.

Uma das maiores complicações apresentadas ao processo de industrialização nacional era a difícil acessibilidade a mercados extra-estaduais encontrada pelas classes industriais no país. Isto se traduz em altas tarifas interestaduais, o que prejudicava o comércio inter-regional.

Vem ao encontro dessa necessidade, a luta pela eliminação das tarifas ao longo dos anos trinta. Tal vitória da indústria brasileira só se dará ao fim da década, uma vez que as tarifas eram importantes no conjunto da arrecadação fiscal estadual. Portanto, não é de se estranhar que só se consiga tal feito a partir de 1938, já sob a ditadura varguista. Mesmo assim, a extirpação das tarifas se deu de maneira gradual, só deixando de existir completamente em 1943. (Cano 1998b: 179)

Cano elenca três barreiras à integração regional: a existência dos citados impostos interestaduais, o fato de São Paulo contar com a mais diversificada e maior indústria do país (37,5% da produção nacional em 1929) e a ineficácia do transporte inter-regional.

As respostas a tais questões foram dadas no seguinte sentido: a já explicitada eliminação gradativa das tarifas interestaduais; o fato de São Paulo poder dinamizar o país por ter um maior e mais organizado mercado (de bens e de trabalho), integrando o país aos novos moldes de acumulação, respondendo prontamente aos estímulos das políticas econômicas; e, a utilização mais intensiva

produtiva em vários setores, sobretudo os que produzissem bens-salário. Os investimentos caminharam, desta maneira, para a indústria de bens pesados leves. (Cf. CARDOSO DE MELLO, 1998: 116)

da rede ferroviária, já instalada desde o início do século, e da navegação de cabotagem, somados aos esforços feitos para a ampliação do parque rodoviário brasileiro, notadamente nos anos 40. (Cano 1998b: 177-180)

Diante dos fatos, podemos ressaltar a importância por um lado da ação estatal, sobretudo no gasto público (principalmente nos setores de infra-estrutura) e na reorientação das tributações (política fiscal). E por outro lado, a importância do prévio desenvolvimento capitalista no estado de São Paulo (ainda que não se conseguissem produzir bens capitalistas no volume necessário para se ter maior autonomia no processo de reprodução do capital).

3.3 O padrão de acumulação após a Crise

Constatando que, após a Crise de 29, uma série de transformações levaram a economia brasileira a sair de um modelo primário-exportador e se pautar cada vez mais pela demanda interna, devemos analisar como esse novo modelo operava.

Tal desejo de análise nos leva a refletir sobre dois pontos: os fatores indutores do processo de industrialização e as condições que permitiram essa mudança de comportamento da dinâmica do capitalismo no país.

3.3.1 Desequilíbrio externo e pressão interna: a análise Furtadiana do novo padrão de acumulação

Primeiramente, de acordo com Furtado (2000), veremos as principais dificuldades, após a Crise de 1929 e a derrocada do café, com que se depara a nossa economia e a nova dinâmica em que se coloca no capitalismo brasileiro:

"As divisas proporcionadas pelas exportações eram insuficientes, durante os anos da depressão, para cobrir sequer as importações induzidas pela renda criada pelas exportações. Isto porque as partidas rígidas da balança de pagamentos constituíam agora, com baixa de preços, uma carga muito maior, e a fuga de capitais agravava a situação cambial.

(...)

A correção desse desequilíbrio se fazia, evidentemente, à custa de forte baixa no poder aquisitivo externo da moeda. Essa baixa se traduzia numa elevação dos preços dos artigos importados, o que automaticamente comprimia o coeficiente de importações.

(...)

Se se compara a evolução do poder aquisitivo externo e interno da moeda brasileira, nos anos que se seguiram à crise, constata-se que entre 1929 e 1931 o poder de compra de um cruzeiro caiu no exterior cerca de 50 por cento mais do que dentro do próprio país. Que destino tomava essa renda, que, devendo ser despendida no exterior em importações, ficava represada dentro do país pelo mecanismo corretor da baixa do referido coeficiente? É evidente que ia pressionar sobre os produtores internos.

(...)

Nos anos de depressão, ao mesmo tempo que se contraíam as rendas monetária e real, subiam os preços relativos das mercadorias importadas, conjugando-se dois fatores para reduzir a procura de importações.(...) Consequentemente, o valor das importações baixou de 14 para 8 por cento da renda territorial bruta, satisfazendo-se com oferta interna parte da procura que antes era coberta com importações.

(...)

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa da depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador." (Furtado 2000: 208-209)

Diante de tal análise se colocam pertinentes algumas questões: como financiar a industrialização, posto que o sistema bancário era atomizado,

dominado por capitalistas estrangeiros¹⁵ – que agora tomavam o fluxo contrário, ou seja, o melhor seria remeter capitais ao centro – e tinha sérias restrições de crédito? Ainda na questão do financiamento, como financiar a compra de máquinas – uma vez que não se desenvolveu um departamento de bens de capitais, no período anterior, capaz de atender a um processo industrializante¹⁶ – , que exigia altas somas em divisas? E, finalmente, posto que se resolveu amenizar as perdas do setor exportador e com isso segurar-se a demanda efetiva¹⁷, como a oferta se comportaria, ou seja, haveria como atender à demanda com ajustes em quantidades e não apenas em preços ?

Diante dessas questões vamos tentar entender o que permitiria esse processo que Furtado ressaltou como **deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira**¹⁸.

Se bem observarmos, as respostas a essas questões já foram dadas ao longo do capítulo. Neste item, o esforço é de reunir essas respostas e tentar construir uma “linha mestra” da lógica de valorização do capital no Brasil, decorrendo dessa linha, as conclusões de como se davam as decisões de gasto, a geração de renda e incorporação de mão-de-obra em nossa economia no período pós-29.

Antes de mais nada, devemos ressaltar na análise furtadiana uma idéia baseada em Keynes, que é a mudança da eficiência marginal do capital. O conceito em questão relaciona-se com a projeção de rentabilidade do capital

¹⁵ Ver capítulo II desse relatório

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ver Furtado, *op. cit.*, capítulo XXXI.

¹⁸ Ver Furtado, *op. cit.*, capítulo XXXII.

quando direcionado a alguma atividade, seja ela produtiva ou financeira. Esta projeção, que depende das expectativas dos agentes sobre os impactos das suas decisões de gasto, é que definirá a alocação dos recursos em uma economia.

A eficiência marginal do capital, destarte, dependerá das expectativas dos possuidores de riqueza em relação à taxa de retorno de determinado investimento em um dado momento; e o investimento, por sua vez, realizar-se-á condicionado ao resultado desta comparação, com a opção de o capitalista permanecer na posição mais líquida possível, ou seja, reter moeda.

Posto isso, tentemos entender o fenômeno descrito por Furtado. Colocaremos, para tal desiderato, algumas especificidades da questão para o Brasil no início da década de 30.

O país, que passou o período entre a Grande Guerra e a Crise de 29 alternando entre momentos de entrada e saída do padrão-ouro, finalmente se liberta das amarras da conversibilidade após o *crash* de Nova Iorque. Furtado ressalta os malefícios desse sistema de liquidação das transações internacionais, que mostrava toda a sua perversidade em economias periféricas nos tempos de contração internacional :

“O princípio fundamental do sistema do padrão-ouro radicava em que cada país deveria dispor de uma reserva metálica – ou de divisas conversíveis, na variante mais corrente – suficientemente grande para cobrir os deficits ocasionais de sua balança de pagamentos. É fácil compreender que uma reserva metálica – estivesse ela amoedada ou não – constituía uma inversão improdutiva, que era na verdade a contribuição de cada país para o financiamento de curto prazo das trocas internacionais. A dificuldade estava em que cada país deveria contribuir para esse financiamento em função de sua participação no comércio internacional e da amplitude das flutuações de sua balança de pagamentos. Ora, um país exportador de produtos primários tinha, como regra, uma elevada participação no comércio internacional, isto é, seu intercâmbio per capita era relativamente muito

maior que sua renda monetária per capita. Por outro lado, sua economia – pelo fato mesmo de que dependia muito mais das exportações – estava sujeita a oscilações muito mais agudas.

(...)

Nas economias em que as importações constituíam uma reduzida parcela do dispêndio nacional, um desequilíbrio ocasional da balança de pagamentos podia ser financiado com numerário de circulação interna sem provocar grande redução no grau de liquidez do sistema. O mesmo, entretanto, não se podia esperar de uma economia de elevado grau de importações. Neste último caso, um brusco desequilíbrio na balança de pagamentos exigiria uma redução de grandes proporções no meio circulante, provocando verdadeira traumatização do sistema.

(...)

Nas economias dependentes a crise se apresenta (...) tendo início com uma queda no valor das exportações, em razão de uma redução seja no valor unitário dos produtos exportados, seja nesse valor e no volume total das exportações. É necessário que passe algum tempo para que a contração do valor das exportações exerça seu pleno efeito sobre a procura de importações, sendo portanto de esperar que se crie um desequilíbrio inicial na balança de pagamentos. Por outro lado, a queda dos preços das mercadorias importadas (produtos manufaturados) se faz mais lentamente e com menor intensidade que a dos produtos primários exportados, isto é, tem início uma piora na relação de preços de intercâmbio. A esses dois fatores vêm acumular-se os efeitos da rigidez dos capitais estrangeiros e a redução da entrada desses capitais. Em tais condições, é fácil prever as imensas reservas metálicas que exigiria o pleno funcionamento do padrão-ouro numa economia como a do apogeu do café no Brasil." (Furtado, 2000: 159-163)

Sendo assim, a ruptura com o padrão-ouro significava um importante instrumento para os coordenadores da política econômica de então lidar com a situação de restrição cambial que a economia brasileira vivia. Permitia-se, assim, que o país praticasse uma política cambial mais ativa e favorável à manutenção da renda interna.

Desta forma, podem-se praticar políticas monetárias mais frouxas, incrementando os meios de pagamentos e alterando os patamares das taxas cambiais:

" A crise (de 29) encontrou a economia brasileira mais ou menos adaptada a um certo coeficiente de importações. (...) ao manter-se a renda monetária em nível relativamente elevado enquanto baixava bruscamente a capacidade para importar, foi necessário que subissem fortemente os preços relativos dos artigos importados para que se restabelecesse o equilíbrio entre procura e oferta de cambiais para pagar importações. Estabeleceu-se assim, um nível de preços relativos para os artigos de produção interna e os artigos importados." (Furtado, 2000: 214)

Conforme estes fatos, podem-se então mudar os termos do problema dos capitalistas, ou seja, alterar-se a eficiência marginal do capital e a **industrialização por substituição de importações** pode ocorrer :

"Com base nesse novo nível de preços relativos, desenvolveram-se as indústrias destinadas a substituir importações. Em realidade, era esse nível de preços relativos que servia de base ao industrial que decidia inverter neste ou naquele setor." (Furtado, 2000: 214)

"...o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10 por cento, e já em 1933, recupera o nível de 1929. (...) É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitante com queda nos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação" (Furtado, 2000: 210)

Também é importante ressaltar outro instrumento proveniente de Keynes nessa análise. Celso Furtado busca mostrar o fenômeno de internalização do efeito multiplicador de renda na economia. O mecanismo em questão, como aponta Keynes, entra em ação toda vez que uma inversão é realizada e, através da renda gerada estimula novos gastos (consumo e investimento), ampliando

renda em montante superior ao gasto inicial. Tal efeito, antes da crise mundial, era pouco consistente, por criar mais renda nos países de que importávamos bens (pois lá é que se estimulavam investimentos adicionais e, portanto, consumo e renda adicionais) do que em nosso território. Nos anos trinta, ao se deslocar a demanda para o mercado interno, criam-se mais condições para a internalização desse efeito e, então, ele passa a se fazer sentir mais fortemente em nossa economia.

Fica agora a missão de responder às três questões postas no início deste item. O financiamento, as divisas e a resposta da oferta interna adequada aos estímulos recebidos (aumento predominante da quantidade) .

Penso que os dois últimos foram já respondidos no esforço de aclarar os mecanismos de deslocamento do centro dinâmico da economia. As divisas puderam ser utilizadas mais racionalmente dentro do contexto de ruptura com a conversibilidade. A ampliação da produção ocorreu devido, indubitavelmente – no curto prazo –, à ampliação de capacidade produtiva ocorrida nos anos vinte e no médio prazo, ativando os poucos recursos invertidos nos setor de bens de capitais durante o decênio anterior a 1930.

Entrelaçam-se nesses fatores um fato que explicará também o imbricação entre o crescimento da capacidade produtiva, a utilização racional de divisas e a **presença do obsoleto**: a obtenção de máquinas de segunda mão nos países do centro.

Furtado destaca:

“ É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais

caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subsequente. Outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão. Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise industrial.

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital. Esse tipo de indústria encontra, por uma série de razões óbvias, sérias dificuldades para instalar-se em uma economia dependente. A procura de bens de capital coincide, nas economias desse tipo, com a expansão das exportações – fator principal de aumento da renda – e, portanto, com a euforia cambial. Por outro lado, as indústrias de bens de capital são aquelas com respeito às quais, por motivos de tamanho de mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas. Somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importações que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro de reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países de economias dependente. Ora, as condições que se criaram no Brasil nos anos trinta quebraram este círculo. A procura de bens de capital cresceu numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis.

Com efeito, a produção de bens de capital no Brasil (se medirmos pela de ferro, aço e cimento) pouco sofreu com a crise, recomeçando a crescer já em 1931. Em 1932, ano mais baixo da depressão no Brasil, aquela produção já havia aumentado em 60 por cento com respeito a 1929. No mesmo período, as importações de bens de capital haviam alcançado 50 por cento do nível deste último ano. O nível da renda nacional havia sido recuperado, não obstante esse corte pela metade das importações de bens de capital. É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e

continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e expansão de sua capacidade produtiva." (Furtado 2000: 210-211)

O autor nos permite, utilizando esse raciocínio, ainda ressaltar que a economia brasileira encontrou forças para se dinamizar internamente, demonstrando um positivo caráter adaptativo às condições externas. Só assim (supondo um setor de bens de produção previamente esboçado), entende-se que ao defender a renda interna, concomitantemente à queda do valor externo do poder aquisitivo da moeda nacional, no Brasil, criam-se as condições para que deslanchasse o processo de industrialização, baseando-se na demanda preexistente de bens de consumo (antes importados), ocupando capacidade ociosa.

A resposta sobre o financiamento também nos é elucidada: o autofinanciamento, também possibilitado pela facilidade de se aumentar a produção mediante simples utilização de capacidade ociosa criada no decênio anterior, é o mecanismo a ser utilizado por nossas indústrias.

Destarte, chegamos à síntese de como se construiu um novo modelo de acumulação no Brasil após a Crise de 29:

" A decisão de continuar financiando sem recursos externos a acumulação de estoques (de café), qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de conseqüências que na época não se podiam suspeitar. Mantinham-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (conseqüência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda." (Furtado, 2000: 213)

3.3.2 A crítica do “Capitalismo Tardio” à análise da CEPAL

No último item explicitou-se a análise de Celso Furtado sobre o período de recuperação da “Crise de 29” e o decênio dos trinta no Brasil. Essa análise é baseada na explicação do processo de industrialização da América Latina pelo processo de “substituição de importações”, cuja fundamentação teórica está baseada na visão estruturalista da CEPAL¹⁹ (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) sobre o processo de desenvolvimento histórico do capitalismo neste continente²⁰.

No estudo de Tavares (1977: 27-124), por exemplo, a CEPAL analisou o mecanismo indutor da industrialização no Brasil pós-29:

“... as medidas de defesa do desequilíbrio externo adotadas pelo Governo brasileiro e que resultaram praticamente na sustentação do nível de demanda interna puderam encontrar uma primeira reação favorável na própria capacidade produtiva existente e em parte subutilizada. Persistindo o estrangulamento externo por um longo período e defendido o nível de renda das classes ligadas ao setor exportador, manteve-se o estímulo à diversificação da atividade interna substituidora de importações que correspondiam à composição de demanda daquelas classes.” (Tavares, 1977: 60)

Liana Aureliano, participando de uma revisão crítica às idéias da CEPAL²¹, nos mostra o raciocínio central desse argumento:

¹⁹ Para uma retrospectiva do trabalho desenvolvido na CEPAL na última metade do século XX, ver *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Bielschowsky, 2000.

²⁰ Além de Furtado, podemos citar muitos economistas de destaque internacional que se dispuseram a estudar tal continente, como Raúl Prébisch – maior expressão da CEPAL – e Aníbal Pinto, só para citar alguns. Uma das integrantes desse órgão, que surgiu durante a estruturação da ordem de Bretton Woods, Maria da Conceição Tavares, já citada em nota neste relatório, através de seu trabalho clássico de 1972, delimitou o termo “substituição de importações”.

²¹ A revisão em questão foi feita pela “Escola de Campinas”, que surgiu em meados da década de 70, baseando-se nas idéias de Marx, Kalecki, Schumpeter e Steindl, entre outros autores. Tal crítica não questionou os alicerces básicos (análise histórico-estruturalista, relação centro-periferia, problemas de financiamento, baixa difusão de progresso técnico) da ala keynesiana liderada por Aníbal Pinto na CEPAL. Na verdade, procurou-se mostrar as especificidades do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo

“O ponto crucial da análise (da CEPAL) reside, como se sabe, em explicar a industrialização através de uma dinâmica contraditória em que sucessivos estrangulamentos externos promovem e, ao mesmo tempo são promovidos pelo crescimento industrial interno.” (Aureliano, 1999: 99)

Ou seja, a análise de Furtado – expressão máxima do pensamento da instituição, nos anos cinqüenta e sessenta, no Brasil – e de Tavares – na sua fase cepalina – caminham no sentido de mostrar que o impulso à indústria foi dado na situação de estrangulamento, mas que no próprio caminhar do processo de industrialização constróem-se novas situações de estrangulamento²².

Dando seqüência à análise, Liana Aureliano, elucida os obstáculos à industrialização, segundo visões similares a de Furtado:

“... conhecemos os obstáculos a esta industrialização (via “substituição de importações”): o externo, o comportamento da capacidade para importar, e os internos, consubstanciados na disparidade entre as escalas técnicas de produção avançadas e a “capacidade de poupança” e no desajuste entre as técnicas importadas e a “disponibilidade fatorial interna”. Abre-se, assim, caminho para as teses estagnacionistas que, partindo destes pressupostos, acentuam a tendência à intensificação de “capital” por unidade de produto e trabalho, conduzindo a uma redução das taxas de rentabilidade e investimento globais” (Aureliano, 1999: 99)

E, diante disso, a autora, introduz o tipo de visão do “Capitalismo Tardio”:

“... o que se tenta refer (na abordagem da “Escola de Campinas”) é a especificidade de um momento do desenvolvimento do capitalismo tardio, explicando por que nem ficamos condenados à estagnação mercantil exportadora, nem pudemos realizar uma Revolução Industrial que nivelasse, ou mesmo aproximasse, o desenvolvimento de nossas forças produtivas ao nível dominante na economia mundial capitalista. Trata-se, em suma, de buscar as razões tanto da força quanto da fraqueza do capital industrial, capaz de levar adiante a acumulação capitalista, mas, ao mesmo

brasileiro, tendo o foco na análise das decisões de gasto capitalistas e não através da “substituição de importações”. Maiores detalhes ver Bielschowsky, *op. cit.*, 2000: 29, em nota de rodapé.

²²A primeira fase – do impulso – é a que foi ressaltada da análise furtadiana, no item anterior, a fase seguinte será exposta no capítulo 4 deste relatório.

tempo, incapaz de se autonomizar, rompendo todos os limites da sua autodeterminação.”
(Aureliano, 1999: 100)

E prossegue, diagnosticando, sob o prisma que se propõe acima, o período de início de nossa industrialização:

“ O capital industrial (...) pode percorrer um caminho fácil no leito das oportunidades de inversão que ele próprio, com o auxílio do Estado, ia criando, expandindo a indústria existente e promovendo a diferenciação limitada dos setores de bens de produção e de bens de consumo, com a instalação da indústria de bens duráveis leves. E pode, favorecido pelas condições de lucratividade bastante favoráveis, pela natureza pouco competitiva do sistema industrial, em condições de alto grau de proteção, e pelo comportamento estimulante dos custos real e monetário da força de trabalho.”
(Aureliano, 1999: 100-101)

A análise do “Capitalismo Tardio”, extensamente apresentada no capítulo anterior desse relatório, proporá uma periodização da economia brasileira diferente da seguida pela CEPAL²³, situando o período em questão no início da **Industrialização Restringida** em nosso país. Nas palavras de Cardoso de Mello explica-se esta fase:

“...se inicia uma nova fase do período de transição (para a economia capitalista autodeterminada), porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até a 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria a capacidade produtiva crescer à frente da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.
(...)”

²³ As periodizações foram apresentadas na página 9, nota de rodapé nº5 desse relatório (CEPAL) e na página 6 (“Capitalismo Tardio”)

O setor industrial, portanto, se liberta da dependência que o atrelava, direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, à economia cafeeira. Porém, a capacidade para importar continua a impor à taxa de acumulação industrial um limite em última instância, ainda que as restrições, dentro do padrão de acumulação, possam ser vencidas sucessivamente, com a continua diferenciação da indústria leve de bens de produção e da indústria de bens de consumo promovidas à sombra de um forte grau de proteção. (Cardoso de Mello, 1998: 117-118)

A análise dessa corrente, portanto, busca explicitar os problemas com que o capitalismo brasileiro se depara no processo de busca pela autodeterminação do movimento de acumulação. Ou seja, busca-se visualizar como o capital industrial brasileiro se desenvolve de maneira a poder determinar a geração do capital constante em nosso território.

Tais conceitos são baseados nos esquemas de reprodução kaleckianos²⁴, onde se procura ressaltar a centralidade da variável macroeconômica Investimento no processo de geração da Renda Nacional. Em tais esquemas, a acumulação é ditada pelas decisões de inversão no departamento de bens de produção. Segundo essa visão, a criação de demanda (nas economias capitalistas desenvolvidas) é fruto das decisões capitalistas de gasto, significando que os setores chaves em uma economia são o departamento de bens de produção e o departamento de bens de consumo capitalista.

Conclui-se, dentro desse âmbito teórico, que a acumulação só encontra limites na dupla natureza do Investimento, que é guiado pelas expectativas de rentabilidade. Ou seja, as inversões no departamento I (de bens de produção) geram demanda (por bens de produção e de consumo), todavia, ampliam a

²⁴ Tais esquemas são elaborados primeiramente por Karl Marx e desenvolvidos pela corrente marxista, posteriormente, na qual se insere Kalecki, para maiores detalhes ver *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*, Miglio, 1980.

capacidade de produção do sistema. As crises, portanto, nasceriam quando a capacidade ociosa crescesse a tal ponto que comprometesse a expectativa de rentabilidade dos capitais. A recuperação, nesse sentido, só ocorreria mediante a realização de novos gastos, que não incorressem em ampliação da capacidade produtiva, redirecionando as expectativas de rentabilidade para cima e dando origem a um novo ciclo de Investimento.

Dessa forma, o “Capitalismo Tardio”, ao tomar o período que vai da Crise Mundial de 1929 ao momento anterior à realização do Plano de Metas durante o período Kubitschek, estaria observando que, **embora não operasse o padrão de acumulação destacado por Kalecki para as economias avançadas, ocorria um movimento de reprodução do capital ligado às forças produtivas capitalistas na economia brasileira, fruto da interação de departamentos industriais.** Destarte, vivíamos o período de Industrialização Restringida.

Nas palavras de Tavares²⁵:

“Nesse período de industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a “autodeterminação do processo de desenvolvimento..

²⁵ Aqui já se observa uma “nova fase” do pensamento de Maria da Conceição Tavares, que abandona o paradigma da “substituição de importações” e passa a basear sua análise em “esquemas endógenos de movimento da economia”, dando contribuições essenciais ao tipo de análise desenvolvido pelo “Capitalismo Tardio.”

Quando nos referimos aos fatores limitantes da acumulação, de um ponto de vista endógeno, não se trata, pois de discutir uma vez mais a dependência em relação ao setor externo ou ao capital estrangeiro, já suficientemente debatidos. Trata-se sim de analisar o potencial interno de acumulação e de diversificação da estrutura produtiva, e, a partir daí, ver como se articula com as relações internacionais.

(...)

Nossa hipótese central de análise continua sendo a de que os fluxos de comércio e de capital estrangeiro não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação, apenas se articulam com ela e modificam-na a partir de dentro, acentuando as mudanças internas em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação.

Assim o ciclo de industrialização que se inicia com a recuperação econômica de 1933 e se aprofunda pela aceleração do crescimento industrial até 1937, e posteriormente pelas condições de proteção econômica da Segunda Guerra Mundial, se dá com o desenvolvimento mais que proporcional do setor de bens de produção em todo o período. Entenda-se no entanto, que este não é ainda o setor dominante do processo de acumulação industrial, porque sua capacidade produtiva, nos principais ramos de bens de produção, é insuficiente para atender sequer às necessidades correntes de funcionamento da economia a uma taxa de acumulação mais alta. Muito menos é capaz de manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado à frente da demanda final. A dinâmica do crescimento continua pois, a depender, basicamente, do crescimento do setor de bens de consumo assalariado previamente instalado, e se estende daí para o setor de bens de produção, ambos devidamente protegidos da competição externa pelo estancamento da capacidade para importar que se manteve até o fim da Segunda Guerra Mundial.

(...)

O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender a uma demanda cativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que este incremento permite, pela primeira vez na história da indústria reproduzir parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação.

Assim são as relações internas entre os dois setores industriais básicos, o de bens de consumo e o de bens de produção, que determinam o crescimento de um proletariado urbano industrial, como, em simultâneo, a expansão das margens brutas de lucro e de sua acumulação dentro das empresas industriais. Essas margens de lucro, bem como sua taxa relativa sobre o capital industrial global,

dependem, por um lado, do caráter pouco competitivo da estrutura industrial, instalada ao amparo de uma elevada proteção externa, e, por outro, dos custos reais e monetários da mão-de-obra direta." (Tavares, 1998:131-133)

Entendendo o fundamental do processo de industrialização ocorrido durante o período que este relatório se dispõe a analisar, como sendo a ausência de centralização e concentração de capitais que permitissem reproduzir forças produtivas capitalistas em nosso território, a "Escola de Campinas" focaliza suas análises nos determinantes das decisões de gasto na economia brasileira que ocorrem durante a Era Vargas, para explicar o período, ressaltando que, embora exista a estreiteza financeira, bloqueadora saltos qualitativos no modo de produção, é importante entender os fatores endógenos ao sistema de reprodução do capitalismo brasileiro (investimento) e não exógenos a este (consumo)²⁶ para destacar o caminho percorrido no desenvolvimento do Brasil.

Tal fato fica claro nas palavras de Tavares, ao defender que não se prenda a atenção na mudança na pauta de importações que ia ocorrendo no país e sim nas relações entre os possuidores de meios de produção na economia brasileira. O raciocínio percorre a lógica interna-externa, mostrando que se acumulava internamente, porém o montante não era suficiente – pensando no nível do mercado - para vencer as descontinuidades tecnológicas impostas pelo ambiente externo e também o alto volume financeiro a ser imobilizado (também definido pelo padrão de concorrência intercapitalista internacional).

²⁶ Entende-se o Investimento como fator endógeno de um sistema de reprodução do capital, por este ser engendrado a partir de decisões impostas pelo funcionamento do sistema aos capitalistas, que na sua busca incessante da valorização do capital, invertem para poder extrair mais-valia e acumular riqueza. O Consumo é exógeno a este processo por não ser responsável por nenhuma fase de reprodução do capital. Ver *O Capital*, Volume III (Livro Segundo), Marx, Abril Nova Cultural, 1988, Caps. XVII a XXI.

O caminhar do raciocínio mostra, então, que os caminhos da reprodução do capital – demonstrados por Marx²⁷ –, apesar das dificuldades, começavam a ser trilhados pelas vias industriais, repartidas em departamentos de bens capitalistas e bens de consumo, representando isso a grande mudança da “Industrialização Restringida”.

O corolário dessa análise é o rompimento com a tradição de tendência à estagnação das economias latino-americanas, defendida pela corrente da CEPAL liderada por Furtado, como bem demonstrou Liana Aureliano no trecho destacado neste item e a própria Tavares, colocando o problema da dinâmica capitalista no desenvolvimento das forças produtivas e na acumulação de capital. Tal argumento surge em oposição ao pensamento que não identificava o funcionamento destas condições na América Latina, localizando o problema da dinâmica das sociedades periféricas no potencial de consumo e distribuição do excedente produzido nestas economias²⁸.

Todavia, toma-se o cuidado de ressaltar que a capacidade de produção crescia, ainda, abaixo da demanda, mostrando que o capitalismo brasileiro – nesta fase, que vai de 1933 a 1955 – ainda não se reproduzia através de forças produtivas tipicamente capitalistas, ou seja, ainda não havia o setor de bens de produção instalado no país, o qual permitiria incrementos de capacidade produtiva à frente da expansão da demanda²⁹ (Cardoso de Mello: 1998).

²⁷ Ibidem

²⁸ Por exemplo ver *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Furtado, Civilização Brasileira, 1966 e *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*, Furtado, Civilização Brasileira, 1978.

²⁹ Os fatores pelos quais não se desenvolveu o setor de bens de produção no Brasil dentro do complexo cafeeiro foram examinados no capítulo II deste relatório.

Vejamos agora os aspectos que possibilitaram o crescimento de nossa economia voltado para o mercado interno, destacando o caráter obsoleto das estruturas de bens de consumo durante o período.

3.4 Comportamento da Indústria: 1930-1937

Acompanhando os dados apresentados por Villela & Suzigan³⁰ (1975) na tabela 05, podemos verificar a tese de que, no início dos anos trinta, o país passou por uma recessão da qual a indústria não escapou.

Tabela 05
Brasil – Taxas anuais de crescimento da produção industrial, 1929-1932
(1929 = 100)

	1929-1932 (%)
Indústria Extrativa Mineral	~ 6,3
Indústria de Transformação	1,3
Minerais não-Metálicos	13,3
Metalúrgica	~ 3,4
Papel e Papelão	0,7
Couros e Peles e Produtos Similares	2,5
Química e Farmacêutica	~ 9,8
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	- 1,5
Têxtil	8,4
Vestuário e Calçados	~ 12,4
Produtos Alimentares	- 0,2
Bebidas	- 8,6
Fumo	- 5,1
Total da Indústria	1,1

Villela & Suzigan, 1975: 193

Em termos agregados, o crescimento do produto industrial pouco expressivo (1,1%) é resultado da contração de renda interna, já assinalada no início deste capítulo. Entretanto, não é desprezível o dinamismo de alguns setores.

O primeiro a ser destacado é o de minerais não-metálicos, mostrando que houve espaço para crescer nos setores que participaram da diversificação de inversões da década de vinte, apontada por Suzigan (2000), configurando-se

assim como uma indústria que estava apta a responder a estímulos da demanda, rapidamente.

Verifica-se que há uma exceção nesta recessão: a indústria têxtil, que, certamente, é favorecida pela proteção causada pela desvalorização cambial apontada por Furtado. O dinamismo deste setor também nos remete à grande acumulação ocorrida nele, no início da década de 20, e à diversificação rumo a produção de novos tecidos, como ressalta Cano (1998b). Malan et alii (1977) mostram a magnitude desta desvalorização cambial na tabela 06:

Tabela 06
Taxas de câmbio médias (implícitas) para importações – 1901/75
(Em Cr\$/ Libra Esterlina, até 1929, deste ano até 1975, em Cr\$/ US\$)

Anos	Câmbio	Anos	Câmbio	Anos	Câmbio
1901	21,1	1926	33,3	1951	18,7
1902	20,1	1927	40,6	1952	18,8
1903	20,0	1928	40,3	1953	19,1
1904	19,6	1929	40,6 (8,48) ^a	1954	33,8
1905	15,1	1930	9,21	1955	46,1
1906	14,8	1931	14,3	1956	58,0
1907	15,8	1932	14,1	1957	58,1
1908	15,8	1933	12,7	1958	76,4
1909	15,8	1934	14,7	1959	117,3
1910	14,8	1935	17,4	1960	137,6
1911	14,9	1936	17,2	1961	205,0
1912	14,9	1937	16,0	1962	346,9
1913	14,9	1938	17,6	1963	526,1
1914	16,2	1939	19,2	1964	983,7
1915	19,1	1940	19,8	1965	1.760,0
1916	19,9	1941	19,7	1966	2.182,0
1917	18,8	1942	19,6	1967	2.574,0
1918	18,5	1943	19,6	1968	3.202,0
1919	18,1	1944	19,6	1969	3.966,0
1920	21,9	1945	19,5	1970	4.529,0
1921	36,2	1946	19,4	1971	5.192,0
1922	36,4	1947	18,7	1972	5.866,0
1923	47,1	1948	18,7	1973	6.123,0
1924	43,5	1949	18,7	1974	7.849,0
1925	39,2	1950	18,7	1975 ^b	8.250,0

³⁰ A obra em questão é *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945*, Villela & Suzigan, IPEA/INPES, 1975. Caps 2, 6 e 7.

Anos	Câmbio	Anos	Câmbio	Anos	Câmbio
1901	21,1	1926	33,3	1951	18,7
1902	20,1	1927	40,6	1952	18,8
1903	20,0	1928	40,3	1953	19,1
1904	19,6	1929	40,6 (8,48) ^a	1954	33,8
1905	15,1	1930	9,21	1955	46,1
1906	14,8	1931	14,3	1956	58,0
1907	15,8	1932	14,1	1957	58,1
1908	15,8	1933	12,7	1958	76,4
1909	15,8	1934	14,7	1959	117,3
1910	14,8	1935	17,4	1960	137,6
1911	14,9	1936	17,2	1961	205,0
1912	14,9	1937	16,0	1962	346,0
1913	14,9	1938	17,6	1963	526,1
1914	16,2	1939	19,2	1964	983,7
1915	19,1	1940	19,8	1965	1.760,0
1916	19,9	1941	19,7	1966	2.182,0
1917	18,8	1942	19,6	1967	2.574,0
1918	18,5	1943	19,6	1968	3.202,0
1919	18,1	1944	19,6	1969	3.966,0
1920	21,9	1945	19,5	1970	4.529,0
1921	36,2	1946	19,4	1971	5.192,0
1922	36,4	1947	18,7	1972	5.866,0
1923	47,1	1948	18,7	1973	6.123,0
1924	43,5	1949	18,7	1974	7.849,0
1925	39,2	1950	18,7	1975 ^b	8.250,0

Fonte: Malan et alii, 1977: 515

A taxa de câmbio, no início da década, desvalorizou-se, em média, aproximadamente 40%. Tal fato, embora vital para a economia brasileira, que apresentou quedas reduzidas do produto em 1930 e 1931 – (-1,9) % e (-3,5%), respectivamente, era reflexo de problemas no balanço de pagamentos brasileiro. (Suzigan, 2000: 93) como apontam Malan et alii³¹ (1977) na tabela 07:

³¹ Para maiores detalhes sobre a política externa do período, ver *Política Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*, Malan et alii, IPEA/INPES, 1977.

Tabela 07
Balanco de Pagamentos – 1930/37
Em US\$ Milhões

	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937
1-Balança Comercial	93,9	127,5	86,6	68,6	108,0	73,0	116,3	55,8
Exportações FOB	319,4	244,0	179,4	216,8	292,8	269,5	320,6	346,8
Importações FOB	(255,5)	(116,5)	(92,8)	(148,2)	(184,8)	(196,5)	(204,3)	(291,0)
2-Serviços	(158,3)	(115,9)	(59,5)	(50,5)	(72,7)	(96,0)	(104,3)	(121,0)
Transportes e Seguros	(34,9)	(20,0)	(14,0)	(22,2)	(26,8)	(28,4)	(27,8)	(39,5)
Rendas de Capitais								
Públicos	(65,1)	(53,5)	(10,5)	(16,0)	(23,2)	(28,4)	(29,3)	(32,1)
Privados	(58,3)	(45,4)	(35,0)	(12,3)	(22,7)	(39,2)	(47,2)	(49,4)
3-Diversas Correntes	(14,6)	(4,5)	(3,2)	(4,1)	(5,0)	(9,8)	(9,9)	(9,9)
4-Transações Correntes (1+2+3)	(79,0)	4,1	23,9	14,0	30,3	(32,8)	2,1	(75,1)
5-Capitais	54,4	(9,5)	(25,9)	(25,0)	(19,7)	(6,3)	(31,3)	(24,2)
Capitais Privados de Longo Prazo	9,7	0,0	1,8	0,0	0,0	9,8	9,9	9,9
(Entrada)								
Capitais Públicos de Longo Prazo	75,3	29,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(Entrada)								
Amortização de Dívida Pública Externa	(30,6)	(39,0)	(27,7)	(20,9)	(12,6)	(9,3)	(9,4)	(9,9)
Pagamento de Atrasados Comerciais	0,0	0,0	0,0	(4,1)	(7,1)	(6,8)	(31,8)	(24,2)
6-Ajuste Relativo a Marcos de Compensação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,9	11,8
7-Total (4+5+6)	(24,6)	(5,4)	(2,0)	(11,0)	(10,6)	(39,1)	(21,3)	(87,5)
8-Erros e Omissões	(91,5)	21,2	37,7	(4,6)	(8,5)	55,2	(61,7)	63,3
9-Demonstrativo do Resultado	116,1	(15,8)	(35,7)	15,6	19,1	(16,1)	83,0	24,2
Variação de Haveres e Obrigações*	116,1	(15,8)	(35,7)	(18,4)	17,6	(17,1)	21,9	24,2
Atrasados Comerciais	0,0	0,0	0,0	34,0	1,5	1,0	61,1	0,0

Fonte: Malan et alii, 1977: 122

*inclui ouro

Nota-se que em 1930, momento imediato após a “Crise”, o déficit em transações correntes foi elevado e, como o financiamento via conta capital foi insuficiente, o resultado foi negativo nas contas externas, pressionando para a desvalorização.

O déficit em transações correntes, tinha dupla razão: a queda no valor das exportações (tabela07) e uma partida rígida no balanço de serviços: remissão de renda de capitais. O volume de aporte financeiro externo, se comparado aos anos

seguintes, ainda foi relativamente considerável; todavia, era pequeno frente às necessidades de nossa economia, e a tendência que se projetava, dada a situação de incerteza internacional, era de estancamento dos fluxos.

Não houve outra saída senão a desvalorização. Este processo resultou, internamente, na expansão de papel-moeda. Nos anos que vão de 1930 a 1932, as taxas de expansão monetária foram de (-14,7%), (16,1%) e (18,2%). (Malan et alii, 1977: 210).

Os números também são indicadores de uma nova postura na gestão econômica do país: o governo revolucionário se colocava no papel de sustentar a renda via expansão monetária, em oposição à política contracionista praticada pelo governo anterior à “Revolução de 30.” Este acontecimento contribuiu para a baixa queda do produto interno brasileiro a que nos referimos há pouco. Um dado adicional é que, conforme Suzigan (2000) em 1932 iniciávamos, já, uma recuperação .

O problema do Balanço de Pagamentos, de fato, foi resolvido, pela depreciação do câmbio, mostra-se que a redução das importações (tabela 06) e a ampliação das exportações, as quais desafogaram o problema nas transações correntes. Na conta capital, embora a reversão dos fluxos financeiros se acentuasse, as entradas de capitais fizeram frente às amortizações de dívida externa.

Em contrapartida, o fato de as importações se tornarem mais caras no período impactou negativamente em uma variável macroeconômica: o Investimento. Suzigan aponta que:

"O investimento na indústria de transformação, tal como indicado pelas exportações de maquinaria para o Brasil, caiu abruptamente em 1930-1931. O fundo da depressão, no que diz respeito ao investimento na indústria de transformação, ocorreu em 1931-1932, quando o investimento atingiu apenas 30% dos níveis anteriores à depressão. Em praticamente todos os setores da indústria de transformação, os investimentos foram drasticamente reduzidos, particularmente em 1931-1932. (...) Deve ser observado, no entanto, que os efeitos da Grande Depressão da década de 1930 sobre o investimento na indústria de transformação foram menos intensos do que os da Primeira Guerra Mundial e tiveram duração mais curta: em 1933 a recuperação já estava se iniciando." (Suzigan, 2000: 93)

Prosseguindo nossa análise entramos, no período que vai de 1933 ao início do Estado Novo, implicando, em alguns momentos, alongar-nos até o início da Segunda Guerra Mundial.

A situação da oferta industrial apresentará outra dinâmica (tabela08):

Tabela 08
Brasil – Taxas anuais de crescimento da produção industrial, 1933-1939
(1929 = 100)

Classes e Gêneros de Indústrias	1933-1939 (%)
Indústria Extrativa Mineral	8,1
Indústria de Transformação	11,3
Minerais não-Metálicos	19,9
Metalúrgica	20,4
Papel e Papelão	22,0
Couro e Peles e Similares	2,7
Química e Farmacêutica	10,6
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	15,7
Têxtil	11,1
Vestuário e Calçados	9,8
Produtos Alimentares	1,9
Bebidas	8,4
Fumo	5,2
Total da Indústria	11,2

Villela & Suzigan, 1975: 194

Observa-se que há uma nítida recuperação da indústria nacional neste período, configurando-se, assim, a recuperação pelo mercado interno, conforme as idéias de Furtado.

Os setores líderes são os de minerais não-metálicos, o metalúrgico e o de papel, mostrando, assim, a acentuação da diversificação econômica, resultado nítido da política comercial executada durante o período, que privilegiava as importações para setores novos.

Um outro componente deve ser ressaltado, a diminuição da participação das importações na oferta industrial, em muitos setores, de acordo com a tabela 09:

Tabela 09

Brasil – Taxas anuais de crescimento da produção industrial e do *quantum* das importações por gênero de indústrias, 1933 – 1939

	Produção Industrial 1933-1939 (%)	Importações (<i>quantum</i>) 1933-1939 (%)
A. Extrativa Mineral	8,1	3,8
B. Indústria de Transformação (principais gêneros)	11,3	...
Minerais não-Metálicos	19,9	- 4,3
Metalúrgica	20,4	3,6
Mecânica	...	10,5
Material Elétrico	...	3,7
Material de Transporte	...	9,1
Papel e Papelão	22,0	4,1
Química	...	3,1
Produtos Farmacêuticos, Pefumaria e Matéria Plástica	...	- 1,1
Têxtil	11,1	- 6,6
Vestuário e Calçados	9,8	- 4,9
Produtos Alimentares	1,9	- 4,7
Bebidas	8,4	1,8
Editorial e Gráfica	...	- 3,8
Diversas	...	- 7,0

Villela & Suzigan, 1975: 196

Considerando-se os efeitos de política econômica, a saída da crise só poderia ser obtida pelo mercado interno, pois, a política cambial (desvalorização) levava ao encarecimento de importações; política fiscal, através do déficit público (compra de estoques de café) permitia manutenção da renda interna³²; a política monetária (expansão monetária) possibilitando a monetização do mercado interno

via emissões; e, por fim, a política comercial, privilegiando setores novos, induzia à diversificação e à ocupação de capacidade ociosa, gerando empregos, salários e lucros no setor interno.

Ademais, ao longo do processo, o quantum de importações diminuía e tornava nossa economia mais direcionada ao mercado nacional, representando assim, possibilidades de inversões interessantes na indústria, o que é representado pela tabela 10:

Tabela 10

Brasil – Indicadores do nível de investimentos na indústria, 1920 -1939

	1920-29	1930-32	1933-39
A – Consumo de cimento (média anual, 1.000t)	361	354	554
B – Consumo de aço (média anual, 1.000t)*	230	150	297
C – Importação de bens de capital para a indústria (média 1920-29 = 100) ·	100	39	75

Villela & Suzigan, 1975: 197

É interessante ressaltar o aumento do consumo de insumos básicos, mostrando a reação das inversões industriais vivida após 1933; entretanto, mostra-se uma recuperação baseada em um menor volume de importações e uma maior produção de aço e cimento nacionais. Tais fatos confirmam a capacidade de resposta da indústria brasileira. Conforme Villela & Suzigan:

“...na década dos trinta, a despeito das restrições resultantes da contínua deterioração das relações de trocas e a conseqüente redução do poder de compra das exportações, pôde a industrialização dar seu passo mais importante, crescendo a produção industrial a 11,2% ao ano entre 1933 e 1939. Isso foi possível não só porque a política cambial vigente deu a indústria a, estimulando a substituição de importações, mas também porque várias indústrias básicas, que haviam sido instaladas na década dos 20, como as de cimento e metalúrgica, passaram a operar a plena capacidade ou se expandiram durante os anos 1933-1939.” (Villela & Suzigan, 1975: 198)

³² Os déficits fiscais foram : 1932 (-1.164), 1933 (-296), 1934 (-532), 1935 (-149), 1936 (-99), (-681), dados

Sendo assim, com esses dados podemos afirmar que vivíamos uma mudança no padrão de acumulação no capitalismo brasileiro, caracterizada pelos já analisados crescimento da indústria e diversificação desta, com todas as limitações que se colocaram, como o desequilíbrio externo e a incapacidade de concentração e centralização de capitais necessárias para o desenvolvimento de indústrias mais complexas como as de bens de consumo duráveis mais modernos e as indústrias de bens de capital de alta tecnologia.

A primeira limitação destacada pode ser explicitada se analisarmos o balanço de pagamentos (tabela 07) e observarmos as dificuldades de se obterem saldos de transações correntes significativos e a ausência de fluxos de capitais para o país, colocando-se sempre a questão de estrangulamento externo em nossa economia (como ressalta Furtado).

A segunda limitação diz respeito ao fato de as indústrias aqui instaladas se situarem em produções de baixo valor e baixa tecnologia, o que é exemplificado pela tabela 09, que mostra a grande ampliação do *quantum* de importações nos setores mecânicos, de materiais elétricos e de material de transporte (como ressalta a Escola de Campinas, tais setores apresentam uma descontinuidade tecnológica impossível de ser alcançada pelo setor industrial brasileiro naquele momento).

A contrapartida da política comercial, que permitiu o avanço em direção aos insumos básicos, era a obsolescência crescente nas indústrias tradicionais:

“...deve-se salientar que esse crescimento da produção (de 1929 a 1939) ocorreu apesar de o Governo ter limitado de 1931 a 1937, a importação de máquinas para inúmeras indústrias, só

da execução orçamentária, em CR\$ 1.000 correntes, Villela & Suzigan (1975) apud Aureliano (1999: 139).

permitindo a importação de máquinas para substituir o equipamento imprestável. Essa proibição atendia às reclamações das classes industriais, que se queixavam de estarem algumas indústrias em superprodução quando, na realidade, o que havia na ocasião, 1931, era uma retração da procura, efeito natural da fase de depressão, pela qual passava a economia do País. É verdadeiramente absurdo que essa proibição tenha sido prorrogada até março de 1937, uma vez que a produção interna de equipamentos era ainda insignificante em relação às necessidades da indústria.

Embora isso não tenha impedido o surto de industrialização anteriormente mencionado, o crescimento da produção, em alguns setores industriais, foi feito sem o necessário aperfeiçoamento técnico e à custa de sobre utilização da capacidade instalada.

A indústria têxtil, em particular, passou a operar em dois e três turnos diários, chegando a produzir em 1936, 914,5 milhões de metros de algodão, ou seja, um acréscimo de cerca de 54% em relação a 1927, com o mesmo número de teares existentes nesse ano.

Dai ter a indústria chegado em 1939 tecnicamente atrasada (a importação de modernos teares automáticos era proibida, e a indústria acional produzia, em escala reduzida, apenas os tradicionais teares semi-automáticos), e o que é mais grave, com a maior parte de seu equipamento desgastado.

No ano do Censo Industrial (1940), a indústria têxtil de São Paulo, que concentrava 51,2% da produção de fios de tecidos no país, estava com mais da metade de sua maquinaria com idade superior a dez anos. Na indústria de tecelagem de algodão, de 129.803 máquinas recenseadas, somente 3975 tinham menos de 10 anos! No ramo de tecelagem de lã, de cerca de 7000 máquinas recenseadas, 6090 tinham idade superior a dez anos, ou idade desconhecida." (Vilella &

Suzigan, 1975: 193-195)

A industrialização avançava; todavia, a obsolescência de alguns setores era exigida porque, conforme foi visto, a situação do balanço de pagamentos era preocupante. Exigia-se o "racionamento" de divisas:

"...a imposição de restrições não-tarifárias às importações após 1931, como resultado da escassez de divisas no mercado cambial, foi provavelmente mais importante para a proteção interna do que o aumento dos preços relativos (gerados pela desvalorização do câmbio)" (Suzigan, 2000: 95).

Esta era a situação do capitalismo brasileiro, às vésperas de um golpe de Estado e da Segunda Guerra Mundial: industrializado, porém, com problemas nas contas externas e com alguns setores pouco eficientes.

No próximo capítulo analisaremos a continuidade do movimento capitalista baseado na indústria, dando ênfase ao projeto de uma indústria de base, às alianças que permitiram a ocorrência deste, às dificuldades e fracassos da política industrial, e, por fim, ao caminhar para a construção de uma dicotomia.

Todas estas questões passam por um ambiente especial: a ditadura do Estado Novo.

Capítulo 4 – O Estado Novo e a Segurança Nacional: a configuração de dicotomias tecnológicas (1937-1945)

O ano de 1937 marca uma nova era na política do Brasil: a ditadura de Getúlio Vargas. Sônia Draibe (1980)³³ nos diz sobre o Estado Novo e as intenções da construção de um Brasil industrial mais forte:

“...até o Estado Novo, nem o projeto de industrialização pesada ganhou consistência, nem foi plenamente definida forma de articulação dos gastos estatais e o setor privado com relação a novos projetos, nem tampouco logrou-se uma ordenação mínima dos investimentos do Estado. Com relação ao projeto de indústria pesada, a dificuldade foi o equacionamento de um bloco integrado e complementar de investimentos em infra-estrutura e indústria de base.

A forma de estruturação do aparelho econômico e de planificação do desenvolvimento industrial baseada em órgãos setoriais e planos parciais foi, ao mesmo tempo, levada até seus extremos, durante o Estado Novo, e parcialmente superada, através da planificação dos gastos estatais e de tentativas de constituição de um órgão coordenador central.” (Draibe, 1980: 114)

O fato a ressaltar é a presença mais forte do Estado na economia brasileira no período, reflexo direto do enrijecimento político causado pelo golpe de Estado de 1937, levando o projeto de indústria pesada a ser a busca de afirmação da nação.

Todavia, o Estado brasileiro encontrou algumas resistências.

4.1 As alianças no Estado Novo

Conforme se mostrou na introdução deste relatório, utilizando-se das contribuições de Cardoso & Faletto, o governo Vargas, uma das importantes fases

³³ *Rumos e Metamorfoses*, Draibe, 1980, FFLCH (USP), tese de doutoramento (mimeo). Esta obra se dedica a uma análise detalhada das ações do Estado e das alternativas de industrialização do país de 1930 a 1960, caracterizando-se como uma das maiores contribuições ao pensamento da “Escola de Campinas”, sobretudo para a análise do período da “Industrialização Restringida” e seus principais entraves, principalmente nas interligações dos planos econômico e político. Também se discute o período do “Plano de Metas” de JK e o padrão de articulação política que possibilitou o “salto” para a “Industrialização Pesada”.

do Estado populista no Brasil, era constituído por uma heterogeneidade de classes e interesses. Entretanto, com a ditadura uma classe começa a se destacar: os militares.

Dentro de um quadro de ditadura e presença forte do Exército, não há como negar a influência do setor militar nas decisões políticas de nossa sociedade, no período como um todo, desde 1930 – um golpe apoiado pelos tenentes – até 1945 o fim da Segunda Guerra, a redemocratização e a ascensão de um militar – Dutra – ao poder do país.

Destarte, é importante, ressaltar que os militares, como base de apoio e força influente no país, muito influenciaram as decisões de política comercial e industrial brasileiras durante todo o período.

É interessante notar que as pressões internas colocaram a necessidade de armar o Estado, visto que se enfrentaram, além do contexto revolucionário de 1930, reações como a Revolução Constitucionalista de 1932 e o levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

Há um debate relevante que se coloca no âmbito teórico das ciências sociais: teriam sido os militares os principais atores do processo industrializante?

As análises se dividem e há uma corrente liderada por Wirth (1973)³⁴, que defende os militares como a força deste desenvolvimento, colocando Vargas, como ator de menor importância no movimento industrializante, mostrando que só com o Estado Novo, e um estreitamento do setor militar com as decisões político-econômicas, o aparelho estatal estaria apto a executar uma política pró-Industrialização.

Outros estudos caminham para colocar o Exército em uma posição corporativa, defendendo políticas comerciais de exportação do minério de ferro na fase anterior ao Estado Novo, para que se gerassem saldos comerciais que possibilitassem a compra de armas, durante o período 1930-1935, e, após este período e a afirmação de tratados com a Alemanha, a siderurgia entraria na pauta de questões, mesmo assim sempre colocada em um plano abaixo da necessidade de armamento³⁵.

Esta última posição conclui que os militares emperraram o processo industrializante durante a Era Vargas, colocando sempre empecilhos em nome da “Segurança Nacional”.

Este tipo de análise encontra a oposição da “Escola de Campinas”. Draibe assinala que:

“Não concordamos, entretanto, com a conclusão que daí se insinua, ou seja, que a prática institucional militar constituiu o obstáculo para o salto industrializante. Além dos imensos problemas de ordem técnica e financeira, as resistências políticas foram as predominantes. Se havia no seio do governo, forças que impulsionavam a aceleração do desenvolvimento industrial, havia também as que propugnavam, na prática, por um processo mais moderado, além daquelas que definitivamente a ele se opunham. Esta divisão perpassava todo o Estado, opondo ou aproximando seus quadros políticos, a ‘velha’ e a ‘nova burocracia’ e também os militares. A direção política que define o Governo à base do equilíbrio instável entre essas forças contemplará estes múltiplos conteúdos e esbarrará nos limites que elas próprias lhe impõe.” (Draibe, 1980: 112-113)

A questão é, sem dúvida, controversa e não resolvida no âmbito teórico. Todavia, se o direcionamento ou não dos militares para a industrialização foi

³⁴ Ver *A Política do Desenvolvimento na Era Vargas*, Wirth, FGV, 1973.

³⁵ O debate aqui apresentado está em *O Exército e a Industrialização*, Tronca in: Fausto (org), *História Geral da Civilização Brasileira – III O Brasil Republicano, vol.3 Sociedade e Política (1930-1964)*, Bertrand Brasil/Difel, 6ed., 1996 .

decisivo para os sucessos e malogros da indústria pesada no período e se este foi realmente o desafio para a constituição de uma economia industrial, ainda mais forte, no governo Vargas, são discussões que, no plano econômico, refletiram em um único vetor: a implantação da indústria siderúrgica passou a ser perseguida. Contudo, o país ainda não se comportaria como uma economia capitalista livre de restrições ao crescimento pelo lado externo.

O movimento gera outro tipo de discussão, que resolveria a questão da industrialização pesada: qual seria o parceiro de um projeto de grande envergadura como o projeto de uma siderúrgica (e todos os outros projetos de grande porte colocados para o desenvolvimento da indústria de insumos básicos e transportes) no país ?

Essa discussão também é fruto da falta de apoio de uma burguesia industrializante que estivesse disposta a levar a cabo um projeto de tal envergadura, Draibe³⁶ (1980) nos coloca esta questão e conclui por dizer que se a burguesia (e o aparato burocrático representativo desta no governo) não atrapalhou, também não tomou as rédeas do processo, deixando a cargo dos Estado a tarefa de conduzir a industrialização mais pesada.

Sendo assim e não tendo condições de levar um projeto através de um auto financiamento, dada a deterioração das contas externas e da falta de interesse do capital privado internacional em realizar inversões diretas, o resultado foi a negociação com as potências do capitalismo de então, para realizar empréstimos

³⁶ As discussões desta autora sobre este tema estão em Draibe, *op. cit.*, 1980, cap.1, item 2: *O projeto de industrialização pesada e os planos econômicos: questões de coordenação e planejamento*.

de governo a governo, permitindo tais inversões e implantando setores industriais que passavam a ser considerados chave (inclusive, para o Exército).

A escolha de apoio a este projeto é contestada por Abreu(1995). Neste momento estabelecia-se um comércio de compensação entre alemães e brasileiros, que era baseado na exportação de têxteis por parte do Brasil e exportação de armas e de máquinas (aquelas citadas por Furtado, de tecnologia atrasada e de segunda-mão) pelo lado germânico.³⁷ Ao mesmo tempo em que, Oswaldo Aranha, ministro do governo Vargas, tentava um estreitamento de relações com os Estados Unidos.³⁸

Entretanto, o autor discute a posição germânica como uma parceira via comércio internacional, não interessada em entrar no Brasil àquela época, por estar muito concentrada no esforço de guerra, até mesmo questionando se realmente os militares foram decisivos para o armamento do país utilizando-se deste tratado, colocando a questão da compra de armas alemãs muito mais como consequência de superávits brasileiros, que precisavam de alguma maneira ser equacionados.

Já os Estados Unidos, conscientes da necessidade de um estreitamento de relações com o Brasil e desejosos de dar cabo aos acordos bilaterais firmados entre nosso país e os alemães, pressionaram e utilizaram da sua posição de

³⁷ Para discussões sobre as relações teuto-brasileiras ver *O Brasil e a Economia Mundial (1929-1945)*, Abreu in: Hollanda (org), *História Geral da Civilização Brasileira – III O Brasil Republicano, vol.4 Economia e Cultura (1930-1964)*, Bertrand Brasil/Difel, 3ed, 1995.

³⁸ Para discussões sobre a influência dos EUA no país ver Abreu, *op. cit.*, 1995.

credor brasileiro para pressionar pelo fim das relações de compensação teuto-brasileiras³⁹. (Abreu, 1995: 25-33)

O governo brasileiro, por sua vez, mostrava-se favorável ao comércio com a Alemanha, por esse permitir duas coisas:

“A expansão do comércio teuto-brasileiro favorecia exportadores (que não dispunham de mercados alternativos), importadores consumidores (que tinham acesso a bens a preços vantajosos que não seriam importados na mesma proporção no caso de cessar o comércio de compensação) e militares. A adoção desta política era, além disso, vital do ponto de vista político, pois Vargas dependia do apoio político exatamente dos estados mais engajados (Rio Grande do Sul e do Nordeste) no comércio de compensação.” (Abreu, 1995: 26)

O autor caminha para ressaltar que a aproximação com os EUA foi sendo fortalecida já na fase de maiores dificuldades do comércio de compensação com a Alemanha, tendo em vista o início do conflito mundial:

“A missão Oswaldo Aranha aos Estados Unidos, em princípios de 1939, marca início de longo período de relações ‘especiais’ entre o Brasil e os Estados Unidos. Deve ser entendida no contexto das crescentes dificuldades enfrentadas pelo Brasil em seu comércio de compensação com a Alemanha, do nadir que caracterizava as relações econômicas anglo-brasileiras e da crescente consciência em Washington de que as questões econômicas anglo-brasileiras e da crescente consciência no caso do Brasil deveriam ser, mais do que nunca, explicitamente examinadas à luz dos objetivos políticos norte-americanos” (Abreu, 1995: 39)

No bojo das negociações, nasce a possibilidade do financiamento da indústria de base brasileira:

³⁹Esta é configuração do comércio brasileiro nos anos que antecederam o Estado Novo:

Fornecedor	1935		1936		1937	
	Valor em mil réis	Porcentagem do comércio	Valor em mil réis	Porcentagem do comércio	Valor em mil réis	Porcentagem do comércio
Alemanha	5.608	20,4	7.065	23,5	9.697 (*)	23,8
Estados Unidos	6.406	23,4	6.651	22,1	9.337	22,9
Argentina	3.534	12,8	4.941	16,4	5.675	13,9
Reino Unido	3.409	12,4	3.385	11,2	4.909	12,0

Fonte: Tronca in: Hollanda, 1995: 349

"Curiosamente, é no Tesouro (norte-americano) que emerge a concepção de que os objetivos da política dos Estados Unidos quanto ao Brasil não deveriam limitar-se à solução dos usuais problemas cambiais: dever-se-ia considerar prioritariamente a possibilidade de conceder-se ajuda para que o Brasil 'se tornasse mais produtivo'. A derrota do Secretário (do Tesouro norte-americano) Morgenthau, numa crise entre Tesouro, Departamento de Estado e Eximbank, a respeito das questões bilaterais prioritárias entre os Estados Unidos e o Brasil, contribuiu para que os resultados da missão Aranha fossem bastante magros se comparados à agenda inicial. De fato, acertou-se apenas a concessão de um crédito do Eximbank de cerca de 19 milhões de dólares para descongelar os atrasados comerciais e financeiros norte-americanos bloqueados no Brasil. Todas as idéias algo fantasiosas que tinham livre curso no Tesouro a respeito da concessão de créditos substanciais de longo prazo foram abandonadas. Como contrapartida pela concessão do crédito, Aranha comprometeu o Brasil a adotar uma política cambial mais liberal, bem como opor obstáculos ao comércio de compensação teuto-brasileiro. Além disto, o negociador brasileiro comprometeu o governo brasileiro no sentido de retomar, no curto prazo, o serviço da dívida pública externa." (Abreu, 1995: 39-40)

E coloca o resultado da missão que deu impulso ao estreitamento como sendo pouco agradável a diversos setores no país:

"As reações no Brasil em relação aos resultados da missão Aranha foram quase que unanimemente desfavoráveis, especialmente entre os militares, com base no argumento de que a retomada dos pagamentos de serviço da dívida interferiria com o nível desejável de importações essenciais, especialmente equipamentos militares. Não há qualquer dúvida de que Aranha foi além das instruções recebidas no que se refere à questão da dívida externa, forçando a mão no sentido de uma reaproximação com os Estados Unidos, às expensas da Alemanha. A reação dos militares deve ser entendida não apenas no contexto de uso competitivo de recursos escassos (cobertura cambial) mas também como resistência a uma precoce declaração de intenções do ponto de vista político. Embora a linha adotada por Aranha tenha sido referendada pela realidade, paira certa dúvida se não teria sido possível obter resultados mais compensadores se fosse explorada uma linha de negociações mais próxima da visão estratégica do Tesouro norte-americano quanto ao Brasil.

Os compromissos assumidos por Aranha, ao contrário do que havia ocorrido no passado, foram de maneira geral honrados, resultado da evolução da conjuntura internacional e suas consequências

sobre as relações econômicas do Brasil. Tratou-se de regularizar a remessa de lucros e dividendos de companhias norte-americanas; o comércio de compensação foi gradativamente sufocado à medida em que se tornava perigoso acumular marcos compensados que perderiam automaticamente seu poder aquisitivo em caso de guerra.” (Abreu, 1995: 40)

A Segunda Guerra Mundial deu outra dinâmica à economia brasileira, que em um primeiro momento, deslocou suas exportações para a Europa Central. Mas, com a continuidade do conflito, os EUA e o Reino Unido reduziram suas exportações e geraram maior impulso às exportações brasileiras. Concorreu também para a ampliação destas a firmação de acordo com os EUA para o fornecimento de equipamentos estratégicos.

Esta fase foi intensa em acúmulos de reservas, embora todas congeladas, especialmente as obtidas no comércio anglo-brasileiro. (Abreu, 1995: 41)

Segundo o autor, as dificuldades impostas à industrialização brasileira foram aumentadas, visto que o país carecia de bens de capital e insumos básicos. Tal fato comprometeu o crescimento da indústria brasileira que de 1939 a 1941, cresceu 3,9% ao ano e só retomou o crescimento após 1942, crescendo a taxas de 9,4% ao ano, de 1942 ao fim do conflito mundial. (Abreu, 1995: 42)

Abreu destaca que em 1942, a situação será outra, acelera-se o crescimento industrial, acumulam-se reservas, retoma-se a entrada de capitais externos (EUA) em função do já citado acordo de fornecimento de equipamentos aos americanos e da adoção de políticas fiscal e monetária frouxas. (Abreu, 1995: 42)

Porem havia uma questão crucial:

“...a questão específica mais importante ao suprimento de produtos norte-americanos ao Brasil é, sem dúvida, a decisão de fornecer créditos e materiais para a construção de Volta Redonda, em vista

de seu impacto sobre as relações econômicas e políticas entre os dois países. É importante considerar esta decisão à luz dos objetivos estratégicos da política norte-americana referente à América Latina, que se baseava no fortalecimento do Brasil às expensas da Argentina. Embora alguns círculos mais conservadores nos Estados Unidos insistissem que o projeto contrariava aos postulados da teoria das vantagens comparativas, as condições de guerra tornaram possível a vitória daqueles que pensavam que um maior desenvolvimento econômico no Brasil seria favorável do ponto de vista de expansão do mercado para as exportações norte-americanas.” (Abreu, 1995: 43-44)

Todavia existem posições neste complicado debate que colocam o processo como resultado da disputa entre alemães e norte-americanos, pela disputa do apoio brasileiro na Guerra, que se refletiam nas negociações entre o governo Vargas e companhias multinacionais alemãs e norte-americanas⁴⁰. Pensamos, como a decisão final foi a do apoio norte-americano, estarem esclarecidas as razões do apoio dos EUA ao projeto.

Só nos resta adicionar que o capital privado externo não mostrou interesse pelo projeto (assim como pelos demais ligados à indústria de base brasileira):

“Neste caso (da CSN), a exemplo do que ocorreu no caso da Cia. Vale do Rio Doce, a decisão não implicou em qualquer fricção com interesses privados nacionais ou estrangeiros. Pelo contrário, o governo brasileiro viu-se obrigado a participar diretamente do projeto em vista da impossibilidade de convencer – mesmo com o apoio claro do governo dos Estados Unidos – os grandes produtores de aço norte-americanos a participar do projeto.” (Abreu, 1995: 44)

No plano interno, o apoio a estes projetos também era escasso, conforme Draibe:

“ A decisão de construir um complexo siderúrgico integrado, a determinação de construir Volta Redonda nos termos da tecnologia predominante nas economias capitalistas centrais –

⁴⁰ Martins, L. *Politique et Développement Économique. Structures de Décisions au Brésil (1930-1964)*, Paris, 1973 apud Abreu, *op. cit.*, 1995 e Draibe, *op. cit.*, 1980.

condição afinal do nascimento tardio da industrialização pesada – impunha desde logo algum tipo de articulação entre o Estado e o capital estrangeiro, e um efetivo afastamento do capital privado nacional (...) incapaz de enfrentar a tarefa de implantar as indústrias de base.

A instalação do setor de bens de produção por parte do Estado, entretanto, do ponto de vista da burguesia industrial, constituía-se mais em problema do que em ótima alternativa: dadas as altas taxas de lucro que as linhas de menor resistência lhe ofereciam, como poderia empenhar-se ou apoiar projetos, que em última instância, conduziram à subida de preços de bens que importava e absorveriam divisas necessárias ao seu próprio movimento de acumulação? (...)

É inegável que o empresariado foi gradativamente marcando posição frente a questões da industrialização, em particular a do financiamento, a do planejamento e aquela que dizia respeito à ação do Estado. Mas suas limitações não deixam também, de manifestar-se na forma sempre indefinível de conceber a 'ação supletiva' que haveria de assumir o Estado.

Por seu lado, a burguesia mercantil-exportadora só poderia levantar armas contra um processo de industrialização que, no limite, varreria definitivamente qualquer possibilidade de seu predomínio ou poderia ser levado a cabo às suas custas, percorrendo um caminho à japonesa. Se não tinha forças suficientes para inibir a ação estatal, tinha sim para evitar a segunda alternativa, isto é, aquela que arcasse ela própria com os pesados custos da industrialização." (Draibe, 1980: 137-38, grifos nossos)

Segue-se o diagnóstico colocando as alternativas que se dispunha para a realização do projeto:

"Foram consideradas três possibilidades para a instalação da siderurgia. Poderia ser criada diretamente pelo Estado, com financiamento estrangeiro e recursos oriundos da exportação de minério de ferro; alternativamente, poderia resultar da associação do Estado com o Capital privado nacional, associada ou não ao capital estrangeiro, desde que sob controle do Estado.

De fato, com bases reais contava apenas a primeira das possibilidades. Isto porque a segunda suporia condições que se demonstrou não existir por parte do capital privado nacional, implicando num brutal esforço de mobilização interna de recursos pelo Estado, e na inevitável penalização do setor exportador. A terceira possibilidade, pressuporia a entrada da empresa estrangeira mas definia de antemão que o capital privado, nacional ou estrangeiro, estaria subordinado ao controle estatal,

isto é, ao monopólio efetivo do Estado sobre a siderurgia. Opção esta, reconheça-se, que poderia parecer exequível à primeira vista e, desde logo não aos detentores do capital privado.

A conjuntura internacional, o desinteresse da empresa multinacional em investir na indústria pesada, a habilidade de Vargas, o 'duplo jogo' que levou a cabo entre o 'eixo' e os 'aliados', estas condições podem no máximo explicar porque se obteve êxito no empréstimo junto ao Eximbank para o financiamento da siderurgia e, mais ainda, porque não foi possível ir além, avançando o conjunto de projetos de instalação das indústrias de base. Mas a preferência pelo empréstimo, como modalidade de financiamento externo, era alternativa única, desde que considerados em conjunto o desiderato de construir a grande indústria, de resguardar minimamente as condições de soberania nacional e a força política que ainda dispunha a burguesia exportadora." (Draibe, 1980: 139-140)

Destarte, caminhou-se para a implantação das modernas indústrias de base (ainda que sejam poucas): sem apoio dos capitais privados, com baixo apoio da burguesia exportadora e com a mão firme do Estado.

4.2 Os desafios do capitalismo brasileiro no Estado Novo

Até este ponto ressaltamos a busca, no Estado Novo, pela indústria pesada, e já mostramos que esta indústria não pôde ser instalada na magnitude desejável para se colocar uma dinâmica capitalista autônoma operando em nosso país.

Paralelamente, a indústria de bens de consumo consolidava-se durante o correr do decênio dos trinta. Contudo, dada a permanência da dependência externa, as oscilações no crescimento traziam complicações como as pressões no Balanço de Pagamentos ocorridas nos anos finais da década de 1930. Os anos 40 trariam uma nova situação: os superávits comerciais levando a uma pressão para uma valorização da moeda, entre outras.

Ademais, mostrou-se que a ditadura varguista estava assentada sobre algo muito frágil: militares que desejavam importações de armamentos, consumidores

que desejavam bens de consumo modernos, exportadores que exigiam poder de compra, industriais reclamando máquinas a baixo custo para manter os lucros e a competitividade.

Todo este complexo emaranhado de acontecimentos acabava por colocar vários “nós” a serem desatados durante o período do Estado Novo. Veremos quais as interpretações das ações acontecidas neste período nas duas visões a que nos propomos: a de Celso Furtado e a do “Capitalismo Tardio.”

4.2.1 A visão furtadiana e da CEPAL

Em primeiro lugar colocaremos a análise de Furtado (2000) sobre a política cambial do período:

“...a formação de um só mercado para produtores internos e importadores – consequência natural do desenvolvimento do setor ligado ao mercado interno – transformou a taxa cambial em um instrumento de enorme importância para o sistema econômico. Qualquer modificação, num sentido ou noutro, dessa taxa, acarretaria uma alteração no nível dos preços relativos dos produtos importados e produzidos no país, os quais concorriam em um pequeno mercado. Era perfeitamente óbvio que a eficiência do sistema econômico teria de prejudicar-se com os sobressaltos provocados pelas flutuações cambiais.

A possibilidade de perdas de grandes proporções, ocasionadas pelo brusco barateamento das mercadorias concorrentes importadas, desencorajaria as inversões no setor ligado ao mercado interno. (...)

...no começo do decênio seguinte (o decênio dos quarenta) a política cambial iria ser submetida a uma prova definitiva. Acumulações sucessivas de saldos positivos na balança de pagamento, resultantes da situação criada pela guerra, iriam pressionar a taxa cambial no sentido de rebaixá-la. Sendo a oferta de divisas internacionais muito superior à procura, era inevitável que a cotação das mesmas baixasse.

Que consequências poderia ter essa elevação do poder de compra externo da moeda brasileira? Em primeiro lugar significaria preços mais baixos, em cruzeiros, para os produtos exportados. (...) Como

o preço do café estava fixado em acordos, a valorização da moeda significaria, em última instância, prejuízos crescentes para o setor cafeeiro. A contrapartida dessa valorização seria o barateamento das mercadorias importadas, o que teria consequências diretas sobre o setor manufatureiro. Se bem que a oferta externa de artigos manufaturados estava comprimida, ao produtor interno lhe preocupava seriamente a possibilidade de bruscas importações a um nível de preços muito mais baixo do que o que prevalecia no mercado. Desta forma se aliavam contra a revalorização externa da moeda os interesses dos exportadores e dos produtores ligados ao mercado interno. Compreende-se, assim, que o governo tenha fixado a taxa cambial, evitando explicitamente qualquer recuperação do poder de compra da moeda. (...)

A política seguida durante os anos da guerra foi, na essência, idêntica à que se havia adotado imediatamente depois da crise. Teve, como seria natural, consequências totalmente distintas, pois as situações eram radicalmente diversas. Ao fixar a taxa cambial, sustentava-se o nível de renda monetária, assim como a compra do café invendável havia significado a mesma coisa no decênio anterior. Neste o café não encontrava compradores; na nova etapa esses compradores existiam mas efetuavam a compra a crédito, isto é, pagavam com uma moeda que em parte, era simples promessa de pagamento futuro. As consequências internas eram as mesmas: criava-se o fluxo de poder de compra dentro da economia se uma contrapartida de bens e serviços. A diferença entre as duas situações estava no efeito que tinha sobre o sistema econômico este fluxo de poder de compra criado sem contrapartida real. No começo dos trinta esse poder de compra novo tomava o lugar automaticamente de outro que minguava, isto é, daquele formado pela procura externa que se debilitava. Dessa forma evitava-se que se reduzisse o grau de utilização ligado ao setor interno. A situação que agora prevalecia era totalmente diversa. Partia-se de uma conjuntura em que a capacidade produtiva ligada ao mercado interno estava sendo intensamente utilizada." (Furtado, 2000: 217-219)

Destaca-se na análise de Furtado a relevância da taxa de câmbio para explicar a crucialidade das decisões de política econômica do período e concluir que a defesa dos interesses das burguesias exportadora e industrial levava o país a situações de precariedade na produção.

A análise caminha mostrando que os preços de exportação subiam e as quantidades vendidas caíam relativamente pouco (os preços subiram 75%, o *quantum* redziu-se em 25% e a taxa de câmbio valorizou-se em 25%). Concomitantemente, a oferta de importados reduzia-se em 40%. Tais fatos resultaram em um grande desequilíbrio externo, que, somados a baixa produtividade causada pelos anos de guerra, levaram a um período de estagnação de 1937 até 1942. (Furtado, 2000: 220)

Furtado, analisa, então outros resultados do problema cambial, como sendo ~~os resultados do problema cambial, como sendo~~ governo brasileiro eram poucas, dada a condição desfavorável a uma política de valorização cambial, já que o espaço em navios era controlado para as prioridades de guerra, no comércio mundial, ou seja, a acumulação de reservas e a monetização do setor exportador sem uma contrapartida de crescimento de importações geravam um processo inflacionário (a renda teve incremento de 43% enquanto a oferta cresceu 2% de 1941 a 1943⁴¹) incapaz de ser controlado por medidas de políticas macroeconômicas. (Furtado, 2000: 221-222)

A análise furtadiana caracterizará o processo inflacionário como uma redistribuição de renda:

"ao iniciar-se um processo brusco de elevação de preços, os empresários – pela razão que detêm estoques de operação ou de outro tipo nas várias etapas do processo produtivo – realizam ganhos substanciais de capital. Desta forma a correção do desequilíbrio traz consigo necessariamente –

⁴¹ Nota-se que pode parecer que exista um conflito de números entre Abreu (1995) e Furtado. Todavia Abreu trabalhasse apenas com a indústria enquanto Furtado trabalhou com o conjunto da economia. Concorde para o fato da disparidade Furtado considerar um ano de baixo crescimento como o de 1941. Dependendo do que se quer ressaltar os autores, como é sabido, utilizaram-se de números mais favoráveis às suas teses.

sempre que os mecanismos atuam espontaneamente – uma redistribuição de renda em benefício de uns grupos e prejuízo de outros. Como cada um desses grupos se comporta de forma distinta no que diz respeito à utilização da renda, essas transferências fazem mais difícil prever a forma como a população, em seu conjunto, querará gastar a totalidade da renda. É por esta razão que, iniciando um processo de elevação rápida dos preços, torna-se extremamente difícil neutralizar a massa excedente de renda e introduzir controles diretos em pontos estratégicos. (Furtado, 2000: 225)

Cita-se que, enquanto o nível dos preços internos se elevou 98%, os preços do setor exportador se elevaram em 110%, ressaltando-se que a taxa de câmbio operou como favorecedora dos setores ligados às exportações na economia brasileira. (Furtado, 2000: 226)

E conclui:

"A consequência prática dessa disparidade(...) foi a subversão do nível relativo de preços que havia servido de base para o desenvolvimento industrial ocorrido no começo dos anos trinta. Se se compara a evolução do nível interno de preços no Brasil com a do nível dos preços de importação, entre 1929 e 1939, comprova-se um crescimento relativo de 60% nas mercadorias importadas. Foi sobre essa paridade de preços que se desenvolveu a economia brasileira desde a depressão até o presente. (...) Entre 1939 e 1949 opera-se um processo inverso, elevando-se o nível de preços dentro do país, comparativamente aos preços de importação. Houve, portanto, uma revalorização da moeda brasileira, apenas ocultada pelo sistema de controle de câmbio. Tendia a restabelecer-se a paridade entre o poder de compra interno e o externo que havia prevalecido em 1929. É fácil perceber que uma modificação dessa ordem traria para o sistema econômico. A paridade de 1929 se refletia em um coeficiente de importações relativamente elevado.(...)

É fácil perceber que, dada a pobreza de capital e técnica de que padece uma economia subdesenvolvida, seria pouco avisado atribuir principalmente à melhora de produtividade relativa a redução do coeficiente de importações. Essa redução na realidade só operou porque uma série de circunstâncias favoreceram a manutenção da renda monetária e ampliou o mercado do setor interno, encarecendo as mercadorias importadas. Modificar essa nova paridade de preços seria comprometer toda a estrutura econômica que se havia fundado sobre ela."(Furtado, 2000: 226-227)

A análise de Furtado sobre o período da guerra quis sublinhar como condição imprescindível em uma economia subdesenvolvida, que entrara em um processo de “substituição de importações”, a manutenção de políticas macroeconômicas favoráveis à indústria, especialmente com relação à taxa de câmbio.

Logicamente, em contextos de superávit comercial, com impossibilidade de realização de investimentos, o sistema responderá com aumentos em preços e não em quantidades; entretanto, é necessário que a taxa de câmbio real permaneça favorável à classe industrial (entenda-se que os ganhos com o comércio exterior devem ser de alguma maneira controlados), se o objetivo é continuar o processo de crescimento baseado no mercado interno⁴².

Todavia, os efeitos “líquidos” da Era Vargas para o economista em questão são:

“...reduz-se progressivamente o papel do comércio exterior como fator determinante do nível de renda, mas concomitantemente, aumenta sua importância como elemento estratégico no processo de formação de capital. (...)...ao começar a transformação estrutural dos sistema, com aumento relativo das inversões no setor industrial e serviços conexos, cresce rapidamente a procura de equipamentos mecânicos. O sistema entra, por conseguinte, numa etapa de intensa assimilação de processos tecnológicos mais complexos, aos quais tem por meio do intercâmbio externo.

A etapa intermediária de desenvolvimento caracteriza-se, assim, por modificações substanciais na composição das importações e por uma maior dependência do processo de ampliação da capacidade produtiva com respeito ao comércio exterior. A ampliação da capacidade para importar

⁴² Pode-se olhar através deste prisma, a experiência de taxas de câmbio múltiplas praticadas nos Governo Dutra (já no seu final de governo) e na segunda presidência de Vargas, quando tentou-se privilegiar as compras de bens de capital e “segurar” a compra de bens de consumo no exterior. Também pode se criticar o afrouxamento da política cambial praticado para a obtenção de um estreitamento de relações com os Estados Unidos durante o período Vargas (Resultado da missão Oswaldo Aranha). Além disso pode ser criticada a posição do governo Dutra (após 1945) que não priorizou as necessidades da indústria e cedeu as pressões da

constitui, também nessa etapa, forte estímulo ao desenvolvimento da economia. Sem embargo, pelo fato de que a procura externa já não é o principal determinante do nível de renda, o crescimento pode continuar mesmo com estagnação da capacidade para importar. Em tais condições, entretanto, é de esperar que o desenvolvimento seja acompanhado de forte pressão inflacionária. essa pressão é tanto maior quanto mais amplas sejam as transformações requeridas na composição das importações pelo desenvolvimento, transformações essas que refletem o grau de dependência do processo de capitalização com respeito à importação de equipamentos." (Furtado, 2000: 246).

Destarte, para o autor, chegávamos ao fim do conflito menos dependentes do exterior para a geração de renda e, paradoxalmente, mais dependentes do centro capitalista para operar transformações necessárias ao processo de dinamização da economia de nosso país. Ou seja, chegamos a um capitalismo mais industrial, mais subdesenvolvido e mais dependente.

4.2.2 O “Capitalismo Tardio” e a “Industrialização Restringida”

Conforme já dito no capítulo 3 deste relatório, a “Escola de Campinas” focaliza seus estudos sobre o prisma interno-externo, resultando em uma análise que privilegia movimentos dinâmicos de acumulação na economia brasileira.

Para o período do Estado Novo o foco das observações se centrará na articulação estatal com o capital estrangeiro. Através desta buscava-se superar as necessidades financeiras para que obtivesse acesso a tecnologias, que permitissem a implementação de indústrias pesadas no país.

É válido lembrar que a realização de uma articulação com o capital privado nacional enfrentava todos os obstáculos analisados por Draibe (1980) como a fácil obtenção de lucros com inversões nos setores ligados aos bens de consumo, que poderia até ser prejudicada com a implantação de uma indústria de bens de

classe média, permitindo que as divisas acumuladas durante a guerra se acabassem rapidamente sem

insumos básicos aqui. Outro ponto também levantado foi a relutância do setor exportador em financiar o processo de desenvolvimento industrial, tendo que abdicar de sua posição influente no capitalismo brasileiro, e paralelamente perder seu poder de compra em prol de importações que não lhe interessavam.

Neste sentido Tavares irá analisar o Estado Novo:

"...o Estado Novo brasileiro, como Estado Nacional autoritário, não deixou de ter pretensões precoces, a ser potência sul-americana e de tentar forçar a industrialização do país. Baseado, porém, num precário esquema de articulação interno de acumulação, recém-mudado para o eixo Rio-São Paulo, e com a economia cafeeira em crise, não tinha fôlego para implantar, por sua conta e risco, uma indústria de base. Assim apesar de que o aço e o petróleo faziam parte das metas de defesa nacional do Estado Novo, só a habilidade política de Vargas, conciliada com os interesses militares dos Estados Unidos, conseguiu arrancar a 'capacidade para importar' suficiente para implantar Volta Redonda já no final da Guerra" (Tavares, 1998: 140)

A análise coloca a imprescindibilidade da articulação ao lembrar que:

"Ao que parece, nenhuma indústria pesada se implantou historicamente a partir da diferenciação e da dinâmica interna de uma indústria de bens de consumo que cresce acompanhando a própria expansão de um mercado urbano centrado em uns poucos pólos de urbanização. Historicamente, a maioria dos países chamados de 'industrialização retardatária', vale dizer, aqueles que não participaram da primeira revolução industrial, implantou sua indústria pesada seja com o apoio do Estado Nacional, seja em aliança com o grande capital financeiro internacional" (Tavares, 1998: 138-139)

E por fim, refuta as teses de subdesenvolvimentistas e dependentistas para explicar a industrialização brasileira:

"A passagem em 'condições de subdesenvolvimento' a uma etapa de industrialização propriamente dita requer a demonstração prévia das limitações e possibilidades internas de que a reprodução ampliada do capital se torne não só endógena como também dominante; apesar de que alcançar essa etapa de acumulação especificamente capitalista possa significar para os países periféricos um

grau acentuado de 'subdesenvolvimento' de uma parcela considerável de suas 'forças produtivas', e também uma maior 'dependência' em termos financeiros, tecnológicos e, eventualmente, políticos, em relação ao capital internacional." (Tavares, 1998: 140-141)

O argumento de Tavares para a não-ocorrência, no período, de uma industrialização pesada advém do fato de que:

"...as formas de expansão e acumulação em curso no mercado interno brasileiro não requerem nesta etapa (de Industrialização Restringida), maiores entradas líquidas de capital estrangeiro. A retenção interna de lucros para reinvestimentos por parte das filiais já instaladas de longa data, bem como o seu maior acesso ao endividamento interempresas e com o setor financeiro privado, era suficiente para manter a sua liderança naqueles setores em que se constituíam na cabeça visível de um oligopólio competitivo. Isso dava margem para a expansão absoluta do capital nacional industrial e para a sua diferenciação em setores de bens de produção nos quais já estava instalado, com escalas reduzidas de produção, há muito tempo." (Tavares, 1998: 143)

Em suma, o "Capitalismo Tardio" está muito mais preocupado em explicar as condições de articulação entre o aparelho do Estado brasileiro e do capital privado internacional à época da "Industrialização Restringida", que aos poucos iam se armando para resultar, anos mais tarde, em um pacote de investimentos que implantaria a indústria pesada. A este tipo de análise importa a criação de um circuito de reprodução ampliada de capital em nossa economia e, destarte, engendrar um crescimento livre de restrições externas, ficando a dependência e o subdesenvolvimento como características secundárias do capitalismo brasileiro.

À luz desta discussão teórica, olhemos o desempenho da indústria brasileira no período do Estado Novo.

4.3 O comportamento da indústria: 1937-1945

Vilella e Suzigan analisam o período e, destacando, todas as dificuldades já destacadas por Furtado, concluem:

"Não é difícil perceber como as limitações causadas pela guerra às importações de máquinas, equipamentos e matérias primas industriais afetaram a continuidade da industrialização iniciada nos anos trinta. O crescimento da produção teve de ser feito forçando ao máximo a utilização dos equipamentos e instalações existentes, o que fez com que no fim da guerra alguns ramos industriais estivessem com seus equipamentos desgastados e obsoletos." (Villela & Suzigan, 1975: 212)

Os dados apresentados pelos autores indicam que, ao fim do conflito mundial, 80% dos equipamentos da indústria têxtil estavam obsoletos e gastos, exigindo imediata substituição. (Villela & Suzigan, 1975: 212)

Tabela 11
Brasil – Taxas anuais de crescimento da produção industrial 1939-45

	1939-1945 (%)
Indústrias Extrativas	3,7
Indústrias de Transformação	5,2
Minerais não-metálicos	14,1
Metalúrgica	9,1
Material de transporte	- 11,0
Papel	4,1
Borracha	30,0
Couros e peles	- 2,5
Óleos e graxas vegetais	6,7
Têxtil	6,2
Calçados	7,8
Produtos alimentares	0,9
Bebidas e fumo	7,6
Editorial e gráfica	2,3
Construção Civil	4,8
Energia Elétrica	7,4

Villela & Suzigan, 1975: 212

Note-se que, mesmo com a obsolescência de equipamentos em alguns setores, a indústria brasileira ainda manteve um crescimento dinâmico, da ordem de 5,2% na indústria de transformação (tabela 11). A indústria de energia elétrica também teve desempenho bom, mas os destaques continuavam a ser a metalurgia e a indústria de cimentos.

Tabela 12
Taxas médias de crescimento do produto real segundo períodos seleccionados
Em (%)

Períodos	Total	Indústria	
1932/39	6,3	10,0	89
1939/46	4,5	7,4	

Observe-se (tabela 12) que a indústria perde um pouco do dinamismo apresentado no período anterior, por conta das dificuldades de importação de bens essenciais à industrialização.

Todavia, os superávits comerciais gerados, se não permitiam uma ampliação das importações por razões de guerra já citadas, possibilitavam o pagamento da dívida externa, aliviando a situação do Balanço de Pagamentos (tabela13):

Tabela 13
Balanço de Pagamentos – 1938/45
Em US\$ Milhões

	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
1-Balança Comercial	37,1	81,9	51,4	145,2	232,4	245,7	269,9	333,2
Exportações FOB	294,3	306,7	263,1	358,1	400,6	466,2	574,5	655,4
Importações FOB	(257,2)	(218,0)	(200,7)	(222,5)	(177,4)	(226,2)	(310,4)	(322,5)
Ouro Não Monetário	0,0	6,8	11,0	9,6	9,2	6,4	5,8	(0,3)
2-Serviços	(36,6)	(53,5)	(63,7)	(53,5)	(32,8)	(51,2)	(87,4)	(77,4)
Transportes e Seguros	(36,6)	(30,2)	(27,7)	(23,9)	(19,5)	(31,1)	(52,9)	(56,9)
Rendas de Capitais	0,0	(11,7)	(26,8)	(34,4)	(40,8)	(53,7)	(68,5)	(62,5)
Outros Serviços	(6,8)	(11,6)	(9,2)	4,8	27,5	33,6	34,0	42,0
3-Transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	4,0	3,3	(7,6)
4-Transações Correntes (1+2+3)	(6,3)	28,4	(12,3)	91,7	201,3	198,5	185,8	248,2
5-Capitais	(23,4)	(0,3)	(23,5)	(35,9)	(29,1)	45,6	(20,5)	(32,6)
Capitais Privados	0,0	(0,3)	(22,4)	(32,4)	(26,5)	43,9	18,4	(11,2)
Longo Prazo	0,0	(0,3)	(29,4)	(35,2)	(29,3)	50,2	19,6	(16,0)
Curto Prazo	0,0	0,0	7,0	2,8	2,8	(6,3)	(1,2)	4,8
Capitais Oficiais	0,0	0,0	(1,1)	(3,5)	(2,6)	1,7	(38,9)	(21,4)
Empréstimos do Eximbank	0,0	0,0	1,8	2,5	3,9	7,7	6,1	2,8
Amortização de Dívida	0,0	0,0	(2,9)	(6,0)	(6,5)	(6,0)	(45,0)	(24,2)
Pública Externa								
6-Total (4+5)	(19,0)	28,1	(35,8)	55,8	172,2	244,1	165,3	215,6
7-Erros e Omissões	70,7	(28,9)	(40,2)	4,5	(22,6)	8,7	(7,9)	(153,9)
8-Saldo (superávit ou déficit)	51,7	(0,8)	4,4	60,3	149,6	252,8	157,4	61,7
9-Demonstrativo do Resultado	(51,7)	0,8	(4,4)	(60,3)	(149,6)	(252,8)	(157,4)	(61,7)
Operações de Regularização	0,0	18,0	(14,2)	(3,5)	0,0	0,0	0,0	0,0
Agências e Bancos (EUA)	0,0	18,0	(14,2)	(3,5)	0,0	0,0	0,0	0,0
Haveres de Curto Prazo (Aumento)	(51,7)	(1,7)	21,4	(35,7)	(120,0)	(110,3)	(72,5)	(34,5)
Obrigações a Curto Prazo (Redução)	0,0	(6,6)	1,2	0,9	21,7	16,4	(0,2)	(0,1)
Ouro Monetário (Aumento)	0,0	(8,9)	(12,8)	(22,0)	(51,3)	(158,9)	(84,7)	(27,1)

Fonte: Malan et alii, 1977: 178 (Primeiro ano - Malan et alii, 1977: 122)

Pode-se ver os movimentos de geração de grandes superávits nas contas externas, já destacados por Furtado(2000) e também por Abreu(1995). Além disso ressalta-se, também, no biênio 1943-1944, a volta de entradas líquidas de capitais estrangeiros.

Os empréstimos conseguidos junto ao Eximbank também são destaque nos anos de guerra 1940-45. Adiciona-se a esse fato a retomada do pagamento dos compromissos externos, a partir do mesmo ano (1940), reflexo da já citada missão Aranha. Deste modo, melhoram os termos de intercâmbio e a capacidade para importar no período (tabela 14):

Tabela 14
Termos de intercâmbio e capacidade para importar – 1939/1952
(1939 = 100)

	1930	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Termos de Intercâmbio														
FGV	100	93,5	105,1	109,4	109,0	126,0	143,6	142,7	153,9	144,6	152,5	253,4	248,7	220,7
CEPAL	100	97,5	108,9	141,8	157,0	159,5	149,4	157,0	159,5	150,6	164,6	—	—	—
Vilela-Suzigan	100	98,0	111,1	106,3	110,6	126,9	142,6	—	—	—	—	—	—	—
IBGE	100	83,3	93,4	106,3	96,5	109,3	112,4	118,9	118,7	107,5	130,4	237,0	226,0	210,8
Schlittler	100	88,0	99,8	117,5	114,4	123,6	121,6	128,7	131,5	121,4	147,0	266,1	—	—
INPES	100	88,2	95,6	110,3	104,9	116,8	119,9	140,9	148,3	138,3	148,4	248,1	218,8	203,8
Capacidade para Importar														
FGV	100	75,8	94,1	85,7	91,6	105,8	117,9	151,9	158,5	153,8	150,0	211,2	220,8	160,2
CEPAL	100	78,2	95,0	93,1	103,9	125,7	120,7	165,3	157,4	155,4	150,5	—	—	—
Vilela-Suzigan	100	78,5	100,3	77,0	86,8	101,3	113,5	—	—	—	—	—	—	—
IBGE	100	71,1	82,4	69,0	64,9	87,1	89,2	120,9	113,2	109,4	122,7	195,5	192,6	154,7
Schlittler	100	73,8	90,8	85,3	87,9	107,5	115,6	143,2	129,3	120,9	129,0	197,7	—	—
INPES	100	72,8	90,0	83,8	82,9	101,1	110,0	151,5	145,8	134,4	127,5	174,9	174,2	129,0

Fonte: Malan et alii, 1977: 508

Em parte, esta melhora, apesar de todas as dificuldades que impunha, ainda conseguia que, ao menos, o setor exportador tivesse um aumento da lucratividade assegurada durante os anos de guerra.

A indústria também percorria o seu caminho fácil de inversões permitido pela reserva de mercado que se configurava durante os anos de guerra, não

sofrendo ainda os efeitos de uma possível valorização na taxa real de câmbio. Tal fato é corroborado pelos níveis de crescimento da produção apresentados abaixo (tabela 15):

Tabela 15
Índices da produção real na indústria de transformação – 1939/52
(1939=100)

Gêneros	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Minerais Não-Metálicos	103.0	159.9	152.6	184.5	206.4	220.5	254.4	250.5	281.4	319.3	359.3	412.1	440.1
Metalmúrgica	127.0	141.0	144.9	158.0	176.9	167.9	247.8	308.8	378.0	422.8	557.7	602.9	630.6
Mecânica*	—	—	—	—	—	100.0	114.6	115.2	123.8	119.3	149.2	137.2	203.1
Material Elétrico*	—	—	—	—	—	100.0	120.9	145.0	175.0	197.0	266.2	343.9	398.2
Material de Transporte	115.0	127.8	63.0	40.1	40.9	63.7	127.8	184.8	236.2	271.2	313.2	582.9	701.8
Mobiliário	105.6	123.3	131.7	180.3	229.9	—	—	—	—	—	—	—	—
Papel	108.0	115.2	119.6	112.6	125.1	126.8	139.4	152.7	167.7	193.7	221.6	233.3	234.0
Borracha	159.0	258.1	282.1	343.0	340.9	492.0	540.0	538.0	580.5	661.2	768.4	842.9	895.1
Couros e Pelos	100.0	102.0	105.0	93.9	79.9	85.0	99.0	105.0	113.0	116.1	118.0	126.1	118.1
Química e Farmacêutica	102.8	109.0	107.7	132.3	191.3	205.1	235.7	22.8	245.8	266.2	301.0	401.3	366.8
Têxtil	92.2	95.5	105.8	137.4	146.3	138.5	147.3	138.6	146.4	156.0	166.6	160.8	170.5
Alimentos	97.1	101.3	99.6	100.1	97.8	100.4	111.4	115.8	127.2	114.8	161.5	167.4	169.4
Bebidas	102.0	99.0	97.1	102.1	128.1	154.2	183.1	182.2	195.2	198.1	233.2	279.1	301.1
Editorial e Gráfica	90.0	106.0	83.0	95.1	104.1	114.1	134.0	139.0	138.0	153.1	173.1	196.2	225.2
Total ("Laspeyres")	101.5	110.4	110.1	124.4	137.7	143.7	164.1	170.2	186.8	205.2	—	—	—
Total ("Paasche")	103.2	114.6	114.4	129.9	143.8	150.3	177.5	184.5	202.8	222.8	253.5	280.1	294.1
Total ("Fisher")	102.3	112.5	112.2	127.1	140.7	149.9	170.7	177.2	194.6	213.8	243.3	268.8	282.2

Fonte: Malan et alii, 1977: 301

Voltando a destacar os dados de produção, ressalta-se que, apesar de todas as dificuldades de importação, continuava-se crescendo, concluindo-se daí dois movimentos, já destacados por Furtado: o de sobreutilização da capacidade e a resposta possível de nossa indústria de bens de capitais, que permitia que se avançasse em um período de condições tão adversas.

Ao observar esses movimentos, chegamos à conclusão de que a estrutura industrial se modificava, refletindo um país com uma distribuição um pouco mais diversificada de sua indústria do que quando começou o processo de consolidação industrial, o que pode ser mostrado pela tabela 16:

Tabela 16
Estrutura industrial segundo gêneros – 1919, 1939, 1949
(Em % do valor da produção a preços correntes)

Gêneros	1919	1939	1949
Minerais Não-Metálicos	2,55	3,52	4,51
Metalúrgica	3,18	5,41	7,60
Mecânica	0,07	0,91	1,60
Material Elétrico		0,79	1,40
Material de Transporte	1,20	2,54	2,31
Madeira	4,04	2,41	3,39
Mobiliário	1,27	1,38	1,66
Papel e Papelão	1,19	2,11	1,99
Borracha	0,12	0,50	1,61
Couros e Peles	2,35	1,95	1,52
Química	2,02	4,59	5,18
Farmacêutica	0,76	1,44	1,93
Perfumaria, Sabões	2,52	1,77	1,73
Plásticos	—	—	0,20
Têxtil	25,20	20,61	18,69
Vestuário e Calçados	7,70	6,20	4,34
Alimentos	37,35 ^b	36,17	32,02
Bebidas	4,40	2,24	3,13
Fumo	3,34	1,53	1,38
Editorial e Gráfica	—	3,15	2,83
Diversas	0,74	0,80	1,43
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Malan et alii, 1977: 307

É notória a importância adquirida pelos ramos de insumos básicos: química, metalúrgica, material elétrico ganham importância em detrimento de industriais tradicionais como a alimentícia e têxtil. É a clara evidência de uma transição para uma economia capitalista industrial, que se acelera.

A contrapartida do processo era a capacidade ocupada que se elevava e, conforme já destacado, ia dando formas cada vez mais obsoletas às estruturas da indústria tradicional, que crescia com poucas oportunidades de renovação

Em termos agregados, o que se vê é uma nítida elevação da média de ocupação de capacidade (tabela 17):

Tabela 17
Indústria de transformação: produto efetivo e potencial – 1929/58
(Em Cr\$ Milhões de 1949)

Anos	Produto Efetivo	Produto Potencial	Capacidade Utilizada (%)
1928	10,37	10,37	100
1929	10,13	11,15	91
1930	9,41	11,99	78
1931	9,54	12,89	74
1932	9,67	13,86	70
1933	10,82	14,91	73
1934	12,05	16,04	75
1935	13,49	17,25	78
1936	15,89	18,55	85
1937	16,68	19,95	84
1938	17,21	21,46	80
1939	18,89	23,08	82
1940	19,32	24,82	78
1941	21,25	26,69	80
1942	21,19	28,71	74
1943	24,00	30,88	78
1944	26,57	33,21	80
1945	27,74	35,72	78
1946	32,34	38,41	84
1947	33,46	41,31	81
1948	36,75	44,43	83
1949	40,38	47,79	84
1950	45,95	51,39	89
1951	50,76	55,27	92
1952	53,29	59,45	90
1953	58,26	63,93	91
1954	63,78	68,76	93
1955	70,75	73,95	96
1956	74,66	79,54	94
1957	78,82	85,54	92
1958	92,00	92,00	100

Fonte: Malan et alii, 1977: 318

É necessário lembrar que, em dados agregados, há a consideração dos setores implantados durante a guerra e dos poucos que realizaram inversões, por isso, os dados apresentam a média próxima aos 80% de capacidade utilizada durante o período.

Todavia, durante a guerra, o esforço que se fez para a continuidade a produção foi significativo. Como em alguns setores, a demanda não podia ser complementada por importações, dentro desta média (de potencial produtivo utilizada) estarão setores que estavam operando com capacidade plena, quando não acima deste patamar.

O curioso é que, retomando a análise do período anterior ao Estado Novo, muitos setores já vinham operando em um nível de utilização elevada, dada a proibição de importação que vigorou durante 1931 a 1937! Ou seja, enquanto a demanda crescia, num período de quase 15 anos, as condições de oferta permaneciam inalteradas, daí a média do período anterior ao Estado Novo, também ser elevada.

Tabela 18
Capital(K), Produto(Y) e Capacidade Utilizada na indústria de transformação – 1938/54
(Valores Constantes de 1949 em Cr\$ Milhões)

Anos (t)	K_t	Y_t	$K_{t-1} Y_t$	Capacidade Utilizada ^a (%)
1938	37,78	—	—	—
1939	40,47	18,89	2,00	83
1940	42,37	19,32	2,09	79
1941	44,77	21,25	1,99	83
1942	46,65	21,19	2,11	78
1943	50,72	24,00	1,94	85
1944	54,96	26,57	1,91	86
1945	57,43	27,74	1,98	83
1946	61,06	32,34	1,78	93
1947	67,23	33,46	1,82	91
1948	72,46	36,75	1,83	90
1949	77,95	40,38	1,79	92
1950	83,88	45,95	1,70	97
1951	92,49	50,76	1,65	100
1952	102,58	53,29	1,74	95
1953	108,64	58,26	1,76	94
1954	—	63,78	1,70	97

Fonte: Malan et alii, 1977: 321

A tabela 18 não deixa dúvida, ao final da guerra, a **média nacional**, de utilização da capacidade, abrangendo todos os setores, ultrapassou os 90%,

demonstrando o esforço a que se submeteu a indústria brasileira. Como Furtado assinalara, a queda de produtividade deve ter sido muito significativa.

Contudo, apesar da crescente obsolescência, um resquício de modernização e de implementação de novos setores, acontecia. Como analisa a “Escola de Campinas”, a articulação do capital estatal com o capital privado estrangeiro ia crescendo, mostrando a tônica que permitiria, em breve, um salto qualitativo de nosso capitalismo.

Malan et alii(1977) assinalam, ao estudar o período que vai de 1939 a 1952, que os **principais empreendimentos estatais ocorreram durante o Estado Novo:**

“Dentre os empreendimentos estatais (produção direta) mais notáveis, ou de capital misto, no período que nos interessa, destacam-se:

- a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, para a produção de aço e laminados de aço em usina integrada. Construída durante a guerra, começaria suas operações em 1946;
 - a fundação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, para promover a extração e a comercialização do minério de ferro;
 - a criação da Fábrica Nacional de Motores, em 1943, para serviços de manutenção e produção de motores para a aviação;
 - a criação, em 1943, da Companhia Nacional de Álcalis, com recursos do Instituto Nacional do Sal (majoritário), para a produção de barrilha e soda cáustica;
 - a criação da Companhia de Aços Especiais Itabira (ACESITA), em 1944, para a produção de aços especiais. Embora não fosse originalmente empreendimento estatal, o progressivo endividamento junto ao Banco do Brasil tornou-a efetivamente propriedade do Banco através de controle acionário(1952).
 - a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, visando ao aproveitamento energético do rio São Francisco, a começar pela cachoeira de Paulo Afonso.”
- (Malan et alii, 1977: 370)

É imperativo recordar que todas estas companhias contribuíram enormemente para o desenvolvimento industrial brasileiro, constituindo-se a marca moderna e empreendedora da Era Vargas.

Ao final do período, a dicotomia se firmava: indústrias tradicionais, geradoras da renda que sustentava o mercado interno, em vias de obsolescência; e indústrias de base, projetando os caminhos a serem percorridos pela história econômica de nossa sociedade.

4.4 A análise kaleckiana do movimento de industrialização da Era Vargas e as consequências da dicotomia

O olhar kaleckiano sobre o sistema produtivo capitalista pressupõe a divisão da economia entre três departamentos industriais: o DI – departamento de bens de produção –, o DII – departamento de bens de consumo capitalistas (bens duráveis) e o DIII – departamento de bens salário.

Na Era Vargas poderíamos desconsiderar o DII, que só seria implantado com a realização do “Plano de Metas”, durante a presidência de Juscelino Kubistchek.

O DIII, como se procurou demonstrar, ganhou consistência, embora algumas de suas indústrias, como a têxtil algodoeira, estivessem em condições precárias em termos tecnológicos.

Todavia, o responsável pela ignição da economia, o departamento onde se criam, endogenamente, as condições para que se amplie a acumulação do sistema, o DI, este começava a se constituir.

Desta forma, a economia brasileira entrava em um processo pelo qual os investimentos industriais poderiam dinamizar a economia do país. Ou seja, pelo

fato de os dados, por exemplo, da tabela 11, mostrarem o dinamismo de indústrias como as de cimento, ferro gusa e energia elétrica, que se organizaram e apresentaram um crescimento significativo durante o período estudado, consegue-se destacar a criação de uma infra-estrutura básica para que deslanchem novos investimentos na economia brasileira, gerando demanda, empregos e consolidando o capitalismo brasileiro.

Por outro lado no DIII, onde se vê o esforço das indústrias têxteis e alimentícias, garantiam-se além de emprego, os bens essenciais a uma economia urbana, que pretendia trilhar os caminhos de uma nação industrializada, proporcionando à sua população os requisitos básicos para a sua existência.

O grande desafio era integrar o parque industrial brasileiro, para que se pudesse operar o modo de produção capitalista com todas as suas forças. Neste sistema, conforme observa Kalecki, as decisões ocorridas no Departamento I criariam demanda dentro dele próprio e para o DIII, gerando fluxos econômicos (lucros e salários), refletindo emprego e difusão de um certo padrão tecnológico.

Podemos dizer que as decisões de gasto estatal doravante iriam gerar um pouco deste processo no país, uma vez que o Estado brasileiro era o proprietário do DI. Ou seja, as decisões de produção de aço da CSN, em um ano qualquer da segunda metade dos anos quarenta criaria uma massa de lucros e salários que gerariam uma demanda por bens de consumo, por exemplo roupas, que resultaria em investimentos no setor têxtil, que por sua vez dinamizaria os investimentos em alimentos e na construção civil, e esta última demandaria cimento, que por sua vez demandaria a energia elétrica. Acionavam-se, assim, todas as indústrias que

cresceram e/ou se consolidaram durante o período. (Esta é a ligação entre o DI e o DIII que se estabelece.)

Concomitante a este processo, a ampliação de investimentos na CSN demandaria energia elétrica, talvez cimento, se fosse o caso de ampliação da planta, gerando o principal processo em uma economia capitalista: o DI dinamizando a si próprio.

Todavia, estes investimentos demandariam máquinas e equipamentos, muitas das quais teriam de ser importadas. Aí reside o grande fator de restrição externa durante o período, estabelecendo os limites da acumulação: a disponibilidade de crédito externo e/ ou reservas e/ ou investimentos estrangeiros que permitissem a produção de bens de capital no país , suprimindo as necessidades de acumulação.

De qualquer maneira, avançava-se no processo.

A dicotomia observada entre o reduzido e moderno DI e o extenso e obsoleto DIII, colocava questões importantes: como se daria a integração tecnológica entre estes setores?

Outro ponto delicado: com uma economia que tendia a se abrir como promover a modernização do DIII ? É necessário lembrar que este departamento ainda era o principal gerador de empregos à época da "Industrialização Restringida". Também é crucial para a eficiência do capitalismo que este se baseie na concorrência, a fim de que haja desenvolvimento tecnológico e a economia possa crescer sempre superando seus limites e impondo novos desafios ao capital.

Além disso, sendo o DI de tecnologia moderna, como reduzir a dependência financeira e tecnológica do centro capitalista ?

E, finalmente, como gerar um processo de modernização do DIII sem bases de financiamento adequadas, visto que não havia mecanismos de captação de poupança privada?

Todas estas questões colocam em evidência que a dicotomia que se apresentava no capitalismo brasileiro ao final da Era Vargas era extremamente complexa, exigindo respostas nos campos da eficiência, geração de empregos, da criação de maior potencial de acumulação e da busca de nossa autonomia.

O parque industrial heterogêneo tecnologicamente era expressão de uma sociedade heterogênea que encontra desafios ao seu desenvolvimento. Mostram-se aí os sintomas de uma economia periférica que trilhava o caminho da construção de um capitalismo mais vigoroso.

4.5 A análise dos teóricos do desenvolvimento econômico sobre o período estudado

A Era Vargas fica marcada na história do capitalismo brasileiro como o ponto de inflexão na construção de um Brasil urbano, industrial e moderno.

A derrocada do padrão-ouro, a Crise de 1929, a Revolução de 1930, a resposta da indústria nacional durante o período, o planejamento estatal, a diminuição da dependência do comércio exterior pelo lado da geração de renda:

"São todas essas circunstâncias que levarão a economia brasileira para novos rumos, que são os únicos que lhe sobriam para sair das contradições profundas em que se embrenhara. Isto é, refazer-se sobre outras bases, deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para a satisfação das necessidades de

sua população. Romper definitivamente com seu longo passado colonial, e fazer-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses alheios. Essa evolução, como vimos, se encontra em andamento." (Prado Jr., 1980: 298)

Destarte, parecia o Brasil entrar nos eixos da construção de uma nação. Todavia, Caio Prado Júnior, ao escrever aquelas palavras sabia das dificuldades que encontraríamos em nosso caminho de afirmação como capitalismo. A primeira presidência Vargas organizou o Estado brasileiro, aparelhou-o e deu subsídio (em um sentido amplo da palavra) à industrialização. O sonho do "Brasil-potência" fora lançado.

Por sua vez, Celso Furtado nos alerta:

" O processo de 'fechamento da economia periférica que significava a substituição de importações era na realidade um esboço de diversificação da estrutura produtiva demasiado grande para o nível de acumulação que poderia ser alcançado. Como a demanda engendrada pela modernização já era consideravelmente diversificada, os investimentos industriais tendiam a dispersar-se, sem que o tecido industrial adquirisse solidez. Muitas das economias que mais avançaram pela via da industrialização apresentavam estas duas características aparentemente contraditórias: um muito baixo coeficiente de importação de produtos manufaturados finais, portanto uma aparente autonomia no que diz respeito ao abastecimento interno de produtos manufaturados, e uma total incapacidade para competir nos mercados internacionais desses produtos. Mais avançavam pelo caminho da diversificação, mais baixa era a produtividade. O fechamento refletia não somente o declínio ou lento crescimento das exportações tradicionais, mas também a incapacidade para criar novas linhas de exportação a partir dos setores produtivos que estavam em expansão.

A iniciativa dos Estados no sentido de criação de indústrias de base deu certamente maior espessura à atividade industrial, mas de nenhuma forma modificou qualitativamente o quadro que vimos de descrever, cujas características principais eram as seguintes: a) dependência *vis-à-vis* da exportação de uns poucos produtos primários; b) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando se desenvolvia uma indústria local de equipamentos; c) demanda

demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado, e d) não aproveitamento pleno das possibilidades de tecnologia.” (Furtado, 1982: 130-131)

Diante das observações de dois mestres das teorias do desenvolvimento econômico brasileiro, só podemos chegar a conclusão de que o período getulista significava o primeiro – e, portanto, fundamental – dos vários passos, a serem dados na busca por uma sociedade nacional mais organizada e mais preocupada com a resolução dos problemas do conjunto de sua população.

Torna-se obrigatório enfatizar os períodos 1933/39 e 1942/45 como sendo vitais para a consolidação da indústria de bens de consumo (primeiro período) e para introdução da intervenção direta do Estado na produção (segundo período).

Ademais, as chances de coordenação do Estado de todo o processo produtivo esbarravam nas pretensões de capitais nacionais e forâneos desinteressados em correr riscos da industrialização pesada.

Não é por outra razão que não avançávamos e saltávamos nosso principal obstáculo: aquilo que o “Capitalismo Tardio” identificou como falta de concentração e centralização de capitais. Sendo assim, ficávamos condenados ao impasse no andamento da construção de uma economia “autodeterminada”.

As conclusões

Este trabalho propunha-se a fazer uma análise keynesiana e kaleckiana do movimento da industrialização. Penso que para isso fomos felizes ao escolher as análises de Furtado, as análises da “Escola de Campinas” e algumas contribuições de outros autores que escreveram em linhas parecidas como esta.

Do ponto de vista keynesiano, observou-se como o capitalismo brasileiro respondeu às necessidades de geração de demanda efetiva, ou seja, de se manter a renda e o emprego. Tal fato foi possibilitado pela ação de um Estado que, libertado de compromissos de manutenção de conversibilidade, emitiu moeda, realizou compras no setor privado e alterou a taxa de câmbio, ampliando a eficiência marginal do capital nos investimentos voltados ao mercado interno.

Com relação à criação de um sistema de reprodução ampliada do capital, mais uma vez o Estado brasileiro foi vital: efetuou gastos direcionados ao departamento de bens de produção e gerou-se o embrião de um movimento de acumulação interno, caracterizado pela ampliação da riqueza através das decisões de inversão em um capitalismo.

Estes fatos, indubitavelmente, colocam a devida importância ao período estudado.

Ademais, o traço mais relevante diante das observações feitas nos parágrafos acima foi a capacidade de articulação estatal de instrumentos de apoio ao capital brasileiro em um momento decisivo para a formação econômica de nossa sociedade.

A “substituição de importações” ocorrida no período é, antes de mais nada, um reflexo da capacidade de resposta da economia brasileira, mostrando a

crucialidade da existência de “centros internos de decisão” – uma idéia furtadiana –, que se traduz na possibilidade de determinação de gastos em uma economia e da direção que eles tomam. No período estudado, os investimentos industriais puderam ocorrer e preencheram o espaço ocupado pelos bens importados antes da crise do complexo cafeeiro.

O período em questão também se baseou em um complexo jogo de classes e interesses, os quais a política de Vargas beneficiou através de sua política econômica: consumidores foram privilegiados pela expansão industrial e pelo intercâmbio com a Alemanha; exportadores privilegiados pelo câmbio e pela compra de estoques do governo; militares privilegiados pelo comércio internacional e pelas articulações com os Estados Unidos, que deram origem à indústria de base; e industriais pela criação de uma reserva fantástica de mercado, permitindo o avanço do capitalismo brasileiro pelo caminho mais suave e garantindo a lucratividade de seus investimentos. Os trabalhadores foram privilegiados pela geração de empregos e pelas oportunidades de uma precária, porém sonhada, vida urbana.

A substituição, em termos kaleckianos, do fator dinâmico “saldo comercial” pelo “Investimento” resultou em um decréscimo da importância dos setores exportadores no quadro político. Paradoxalmente, a necessidade de importação, para continuar a transformação em questão, coloca as exportações de bens agrícolas como vital para a geração de reservas que financiassem a industrialização.

Este processo de industrialização nos traz a temática central deste trabalho, que é a construção de uma dicotomia tecnológica, fruto de nossa posição

periférica, ou seja, primeiro importamos os padrões de consumo do exterior, para após este momento tentarmos internalizar a tecnologia necessária a ele. No centro este processo é inconcebível, pois a construção da tecnologia e a originação de produtos é paralela, de tal modo que a sociedade caminha de acordo com suas potencialidades. Como ressalta a tradição furtadiana, o processo que ocorre aqui (expressado no parque industrial heterogêneo) é a característica maior do subdesenvolvimento.

A dicotomia também trará complicações políticas, como, por exemplo, no que se refere à permanência ou não de restrições à concorrência externa. A introdução de agentes externos em nossa economia estabelecerá critérios de eficiência capazes de comprometer os lucros e salários do setor obsoleto. É válido assinalar que o setor em questão era volumoso (responsável por uma grande parcela da renda) e gerador de empregos (e de votos), tornando a questão delicada, levando a desfechos nem sempre favoráveis ao desenvolvimento do sistema capitalista nacional.

Outro problema, já levantado, é o da manutenção de um setor moderno, que exige somas de capital muito grandes comparados às nossas potencialidades. Outra questão é a da tecnologia, no que tange à possibilidade de construí-la e talvez minimizar a nossa dependência.

Todas estas questões se unem para dar corpo à complexidade e aos desafios que se colocavam na economia brasileira.

As possibilidades de crescimento e desenvolvimento são determinadas quando se consegue equacionar este conjunto de questões.

E, diante destas análises, projeta-se uma economia onde o progresso convive com o atraso, importa-se o padrão de desenvolvimento e tem-se grande dificuldade em compor um sistema capitalista que responda eficientemente aos anseios de todo o conjunto de interesses sociais brasileiros.

A Era Vargas é o início de um período de crescimento do capitalismo industrial brasileiro, porém também é parte de um processo de formação de um país que não consegue compatibilizar todos os desejos de uma nação.

Contudo, o período é crucial para se entender os processos que desencadearam a construção do Estado Nacional-Desenvolvimentista, que, privilegiados por uma conjuntura internacional favorável, constituíram-se num período de 50 anos (de 1930 a 1980), na nação mais dinâmica que a periferia e, talvez, o capitalismo como um todo conheceram.

Ademais, é imperativo ressaltar que a Era Vargas, apesar de ser uma época sem democracia, turbulenta, opressora das idéias contrárias e muitas vezes próxima a ideologias não-louváveis como o fascismo, foi o momento de ebulição das forças sociais que conduziram o desenvolvimento da economia brasileira ao longo dos anos de crescimento mais contundente de nossa nação.

Na busca de uma industrialização extensiva, esses quinze anos foram vitais para que se esboçassem os traços de um Brasil dinâmico, uma economia capitalista que busca forças em interesses tão divergentes, e em alguns casos, incompatíveis. Se o subdesenvolvimento é o traço marcante desta economia, o potencial de superá-lo, ao menos no imaginário dos agentes, parece imenso.

Bibliografia

- ABREU, M. de P. (Org.) *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989*, Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 70-104
- AURELIANO, L.M.L. *No Limiar da Industrialização*, 2ed., Campinas-SP: UNICAMP/IE, 1999
- BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, 1ed., Brasília: CEPAL, 2000.
- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, 4. ed., Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998a.
- _____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*, 2ª. ed., Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998b.
- _____. *Base e Superestrutura em São Paulo: 1886-1929*, In: COSTA, W. P. da e DE LORENZO, H.C. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*, São Paulo: UNESP, 1997, pp. 235-254
- CARDOSO, F.H., FALETTO E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar, 1970
- DE LORENZO, H.C. *Elettricidade e modernização em São Paulo na Década de 1920*, In: COSTA, W. P. da e DE LORENZO, H.C. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*, São Paulo: UNESP, 1997, pp. 159-184
- DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses*, São Paulo: FFLCH (USP), 1980, tese de doutoramento (mimeo).

- FAUSTO, B.(Org.) *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*, Vol. 3 *Sociedade e Política (1930-1964)*, 6 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Publifolha/Companhia Editora Nacional, 2000/1998.
- _____. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*, 2 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982
- _____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966
- _____. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*, 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRANZIERA, R.G. *Engagement of the War and Economic Planning in Brazil 1942-1955*, *Enterprises et Histoire* nº 19, Paris: Editions ESKA, 1998
- _____. *O Brasil depois da Grande Guerra*, In: COSTA, W. P. da e DE LORENZO, H.C. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*, São Paulo: UNESP, 1997, pp. 135-142
- HOLANDA, S.B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*, Vol. 4 *Economia e Cultura (1930-1964)*, 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*, São Paulo: Abril, 1983.
- KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*, São Paulo: Abril, 1985.

- MALAN, P.S., ABREU, M. de P., BONELLI, R., e PEREIRA, J.E.C *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*, Relatório de Pesquisa nº 36, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977
- MARTINS, L. *Politique et Développement Économique. Structures de Décisions au Bresil (1930-1964)*, Paris, 1973.
- MARX, K. *O Capital* , Livro2, v.3 São Paulo: Abril, 1988
- MELLO, J.M.C. *O Capitalismo Tardio* , 10. ed., Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.
- MIGLIOLI, J. L. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*, São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980
- MISSÃO COOKE, A – *Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos pela missão técnica enviada ao Brasil*, Fundação Getúlio Vargas:1949
- PERSSINOTTO, R.M. *Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920*, In: COSTA, W. P. da e DE LORENZO, H.C. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*, São Paulo: UNESP, 1997, pp. 37-70
- PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil* , 23 ed, São Paulo: Brasiliense, 1980.
- REIS FILHO, N.G. *Culturas e estratégias de desenvolvimento*, In: COSTA, W. P. da e DE LORENZO, H.C. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*, São Paulo: UNESP, 1997, pp. 143-157
- SAES, F. *Crescimento e consolidação do sistema bancário em São Paulo na década de 1920*, In: COSTA, W. P. da e DE LORENZO, H.C. (Org.) *A*

década de 1920 e as origens do Brasil Moderno, São Paulo: UNESP, 1997, pp. 197-216

SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, 8. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1995

SKIDMORE, T. *Brasil de Getúlio a Castelo*, Paz e Terra, São Paulo, 1975

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, Nova Edição, São Paulo/Campinas: Editora Hucitec/Unicamp, 2000

TAVARES, M.C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, 6. ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, 3. ed., Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

VERSIANI, F.R. *A década de 20 na industrialização brasileira*, Série PNPE nº 14, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

VILLELA, A. V. SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945*, 2 ed., Rio de Janeiro: IPEA/INPES